



UNIVERSIDADE DO MINDELO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, JURÍDICAS E SOCIAIS

**CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIA POLÍTICA E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

2016 – O ANO DE TODAS AS ELEIÇÕES EM CABO VERDE

AILINE GOMES DA LUZ PIRES

Mindelo, 2015



**Departamento de Ciência Humanas, Sociais e Jurídicas Licenciatura
em Ciência Política e Relações Internacionais**

Título Da Monografia:

2016 – O Ano de Todas as Eleições em Cabo Verde

Autora: Ailine Gomes da Luz Pires

Orientador: João Do Carmo Brito

Mindelo, 2015

Autor: Ailine Gomes da Luz Pires

Título: 2016 – O Ano de Todas as Eleições em Cabo Verde

Declaração de Originalidade

Declaro que esta Monografia é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas, nos anexos e na bibliografia.

O Candidato,

Ailine Gomes da Luz Pires

Mindelo, 29 de Junho de 2015

"Trabalho apresentado à Universidade do Mindelo como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciatura em Ciência Política e Relações internacionais".

RESUMO

O presente trabalho de conclusão do curso de licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais, visa analisar o ambiente político e social que antecede as eleições gerais de 2016 em Cabo Verde bem como conceber as perspectivas dos eleitores, residentes em São Vicente, sobre os potenciais candidatos às eleições legislativas, presidenciais e autárquicas.

Desde a realização das primeiras eleições multipartidárias em Cabo Verde, ou seja, eleições legislativas em Janeiro de 1991, seguidas das eleições presidenciais em Fevereiro, pela primeira vez na história da democracia no país, vai suceder no ano de 2016, a realização de todas as eleições consagradas pela Constituição da República de Cabo Verde.

Com base na metodologia optada para o desenvolvimento deste trabalho, recorreu-se à técnica de recolha de dados por entrevista e por questionário e, da interpretação e análise dos resultados, pode-se concluir que em Cabo Verde existe um ambiente político e social favorável para a realização das três eleições no mesmo ano, sendo ainda possível antever, com base nos mesmos resultados, quais as perspectivas dos eleitores referentes aos potenciais candidatos aos distintos órgãos do poder político no país, em particular na ilha de São Vicente.

Assim, segundo esses resultados e conjugados com o suporte teórico para as análises, conseguiu-se com este trabalho, sistematizar um conjunto de ideias sobre as eleições gerais em Cabo Verde e sobre o panorama político e social que antecede o pleito eleitoral de 2016.

Palavras-chave: Democracia, Eleições, Participação Política, Sistema Político, Partidos Políticos.

ABSTRACT

The following research upon conclusion of the degree course in Political Science and International Relations, aims to analyze the political and social environment that precedes the general elections of 2016 in Cape Verde and as well as developing the prospects of voters, residents in São Vicente, on the potential candidates for the legislative elections, presidential and municipal elections.

Since the implementation of the first multiparty elections in Cape Verde, in other words, the legislative elections in January 1991, followed by presidential elections in February, for the first time in the country's history of democracy, the implementation of all elections established by the Constitution of the Republic of Cape Verde will occur in 2016.

On the basis of the methodology chosen for the development of this research, by interview and questionnaire as the data collection method, and the interpretation and analysis of the results, it can be concluded that Cape Verde has a political and social environment conducive to the achievement of the three elections in the same year, also making it possible to predict, on the basis of the same results, the prospects of the voters regarding the potential candidates to the different organs of political power in the country, especially on the island of São Vicente.

Thus, according to these results, combined with the theoretical support for the analysis, this research establishes a set of ideas on the general elections in Cape Verde and on the social and political scenario that precedes the elections of 2016.

Keywords: Democracy, Elections, Political Participation, Political System, Political Parties.

À minha mãe Arcângela Gomes e ao meu pai João Pires.

AGRADECIMENTOS

Expresso o meu total agradecimento aos meus pais João Pires e Arcângela Da Luz. Muitos obstáculos foram vencidos nesse percurso, mas graças a vocês não fraqueei. Obrigada por me proporcionarem a oportunidade de realização de um dos meus sonhos.

Aos meus irmãos, pela cumplicidade pelo estímulo e pela ternura.

Ao meu orientador João Do Carmo Brito, por sua paciente e sábia conduta. As correcções, sugestões e principalmente as críticas foram de importância vital para a concretização do trabalho.

Vai um agradecimento especial ao Dr. Armindo Gomes pelo incentivo, ajuda e amizade.

Aos meus amigos e colegas, especialmente a aqueles que colaboraram na aplicação dos questionários vão as minhas palavras de agradecimento. Aleida Pires, Doriane Oliveira, Eder Duarte, Jailza Almeida, Janete Pires, Kleidy Cruz e Marylin Varela.

Aos professores e a todos aqueles que contribuíram com seus ensinamentos para o processo de construção de conhecimento, vão as minhas palavras de agradecimento.

Obrigado a todos que fizeram parte dessa minha longa trajetória.

*A diferença entre um estadista e um demagogo é que este
decide pensando nas próximas eleições, enquanto aquele
decide pensando nas próximas gerações.*

Winston Churchill

GLOSSÁRIO DE TERMOS E ABREVIATURAS

ANP – Assembleia Nacional Popular

CE – Código Eleitoral

CNE – Comissão Nacional das Eleições

CRCV – Constituição da República de Cabo Verde

CV – Cabo Verde

DGAPE – Direcção-Geral de Apoio ao Processo Eleitoral

LOPE – Lei de Organização Política do Estado

MPD – Movimento para a Democracia

PAICV – Partido Africano da Independência de Cabo Verde

PSD – Partido Social Democrata

PTS – Partido do Trabalho e Solidariedade

UCID – União Cabo-verdiana Independente e Democrática

ÍNDICE:

RESUMO	v
ABSTRACT	vi
AGRADECIMENTOS	viii
GLOSSÁRIO DE TERMOS E ABREVIATURAS	x
INTRODUÇÃO.....	15
METODOLOGIA.....	18
CAPÍTULO I: DEMOCRACIA, DEMOCRACIA DIRECTA E DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	20
1. Conceito de Democracia.....	20
1.1. Da Democracia Directa a Democracia Representativa.....	22
1.2. A Democracia em Cabo Verde	25
1.2.1. Processo de Abertura Política em Cabo Verde.....	26
1.2.2. A qualidade da democracia em Cabo Verde – Perda generalizada de confiança nas instituições em Cabo Verde segundo sondagens realizadas pela Afrosondagem	32
1.3. A Construção da Cidadania Participação Política e Democracia	34
1.3.1.A Participação Política	35
1.3.2 Participação Política como Essência das Democracias	36
CAPÍTULO II: SISTEMA POLÍTICO, PARTIDOS POLÍTICOS	38
2. Sistema Político	38
2.1. Sistema Político Cabo-verdiano	39
2.2. Partidos Políticos	41
2.2.1. Origem dos Partidos Políticos	44
2.2.2. Sistemas Partidários.....	46
2.3. Partidos Políticos em Cabo Verde	46
CAPÍTULO III: ELEIÇÕES, CORPO ELEITORAL, SISTEMA ELEITORAL CABOVERDIANO, CIRCULO ELEITORAL.....	49
3. A Eleição Política nos Regimes Democráticos	49
3.1.Corpo Eleitoral	51
3.2. Noção de Sistema Eleitoral.....	53

3.3. Sistema Eleitoral Cabo-verdiano	54
3.4. Círculos Eleitorais	56
3.5. 2016 – O Ano de Todas as Eleições em Cabo Verde	58
3.6. Custos das Eleições de 2016.....	61
CAPÍTULO IV: ANÁLISE DOS DADOS	64
4.1 Análise do Conteúdo das Entrevistas	64
4.2 Análise e Interpretação dos Dados Obtidos através do Questionário.....	68
CONCLUSÃO.....	81
RECOMENDAÇÕES.....	84
BIBLIOGRAFIA	85
ANEXO	87
Anexo 1 – Tabelas dos Dados dos Questionários	87
Anexo 2 – Questionário.....	96
Anexo 3 – Entrevista	101

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1-.....	29
Quadro 2 –	30
Quadro 3 –	31

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1	33
Figura 2	33

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1	68
Gráfico 2	69
Gráfico 3	69
Gráfico 4	70
Gráfico 5	71
Gráfico 6	71
Gráfico 7	72
Gráfico 8	72
Gráfico 9	73
Gráfico 10	73
Gráfico 11	74
Gráfico 12	74
Gráfico 13	75
Gráfico 14	75
Gráfico 15	76
Gráfico 16	76
Gráfico 17	77
Gráfico 18	77
Gráfico 19	78
Gráfico 20	79
Gráfico 21	79
Gráfico 22	80

ÍNDICE DE TABELAS

Tabelas 1.....	87
Tabelas 2.....	87
Tabelas 3.....	87
Tabelas 4.....	88
Tabelas 5.....	88
Tabelas 6.....	89
Tabelas 7.....	89
Tabelas 8.....	90
Tabelas 9.....	90
Tabelas 10.....	90
Tabelas 11.....	91
Tabelas 12.....	91
Tabelas 13.....	91
Tabelas 14.....	92
Tabelas 15.....	92
Tabelas 16.....	92
Tabelas 17.....	93
Tabelas 18.....	93
Tabelas 19.....	94
Tabelas 20.....	94
Tabelas 21.....	95
Tabelas 22.....	95
Tabelas 23.....	95

INTRODUÇÃO

Não obstante, todas as fragilidades de um país insular e sem recursos, os cabo-verdianos conseguiram levar avante o projeto de independência, e a partir de 1975 transformaram as ilhas num Estado de referência e de sucesso no contexto da África Subsaariana. Depois de 15 anos de regime totalitário, o país aderiu ao multipartidarismo no início dos anos 90, criando todas as condições para a participação livre dos seus cidadãos nos processos eleitorais.

Assim, Cabo Verde tem trilhado o caminho de amadurecimento do seu processo democrático, de uma forma serena e segura, pois com a realização das primeiras eleições livres e democráticas a 13 de Janeiro de 1991, aconteceu normalmente a transição de um regime monopartidário, para um regime pluralista e passados 25 anos não se tem constatado nenhum sinal de convulsão social. A democracia cabo-verdiana tem sido referenciada pela comunidade internacional, como uma democracia bem-sucedida e como um exemplo em África.

O presente trabalho intitulado de “2016 – O Ano de Todas as Eleições em Cabo Verde”, procura conceber uma perspectiva daquilo que vai ser as eleições de 2016, em Cabo Verde, particularmente no Município de São Vicente.

Nas eleições cumprimos os nossos deveres enquanto cidadãos. As eleições correspondem a um processo de escolha, de representantes, por meio de um processo democrático estabelecido na Constituição e no Código Eleitoral correspondente a cada país.

A Constituição e o Código Eleitoral de Cabo Verde, estabelecem para as eleições, a realização de sufrágio directo e universal, assim desde a abertura política, tem sido realizadas periodicamente em Cabo Verde, eleições nos três níveis de poder político: Legislativas, Presidenciais e Municipais (Câmaras e Assembleias) e até hoje, foram já realizadas um total de 19 eleições (5 legislativas, 7 presidenciais e 7 municipais), das quais as últimas foram as Legislativas e as Presidenciais realizadas em 2011 e as

Municipais em 2012, tendo sido todas consideradas justas, transparentes e livres por observadores internacionais que acompanham regularmente as eleições em Cabo Verde.

A escolha do tema para objecto de estudo e análise, deve-se na sua relevância e actualidade e bem como pelo facto de ser um fenómeno político novo em Cabo Verde, após a abertura política, daí o interesse em perspectivar como é que os cabo-verdianos poderão comportar e participar nas eleições, face a esse fenómeno novo, pois de realçar que um dos pontos menos positivos da democracia cabo-verdiana tem sido o decréscimo da participação política e cívica dos cidadãos.

Tendo em consideração o tema escolhido, para o desenvolvimento do presente trabalho de iniciação á investigação científica, foi colocada a seguinte pergunta de partida: “Quais são as perspectivas para as eleições gerais de 2016 em São Vicente?”

Neste contexto foram elaboradas as seguintes hipóteses de investigação:

Hipótese 1 – O eleitorado em São Vicente está preparado para participar activamente nas eleições gerais de 2016;

Hipótese 2 – Cabo Verde possui um ambiente político e social favorável à realização de três eleições no mesmo ano;

Hipótese 3 – A possibilidade de realização das três eleições no mesmo dia representa benefícios para o país;

Objectivo Geral

Perspectivar como irá decorrer as eleições gerais de 2016 em Cabo Verde, em particular o município de São Vicente.

Objectivos Específicos

Fazer um levantamento sobre o panorama político e social que antecede as eleições gerais de 2016 em São Vicente;

Avaliar o desempenho dos governantes em exercício;

Conhecer e compreender a opinião do eleitorado de São Vicente relativamente a sua participação nas eleições gerais de 2016;

O trabalho encontra-se estruturado em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta a revisão da literatura onde são explorados os temas “ Democracia, Democracia Directa, Democracia Representativa, Participação Política”. O segundo capítulo dedica-se a descrição e a classificação dos Sistemas Políticos e Partidos Políticos, procedendo-se da caracterização do sistema político Cabo-verdiano e dos partidos políticos em Cabo Verde. No terceiro capítulo “Eleições, Corpo Eleitoral, Sistema Eleitoral, Círculo Eleitoral, Custos das Eleições de 2016” aborda-se os conceitos fundamentais subjacentes ao título, seus elementos, como também o estudo do tema dentro do contexto Cabo-verdiano, através da análise do Código Eleitoral Cabo-verdiano e da Constituição da Republica de Cabo Verde.

No quarto e último capítulo “Análise de Dados” procede-se a análise das entrevistas feitas a dois politólogos seniores Cabo-verdianos com a finalidade de analisar o ambiente político e social que antecede as eleições de 2016 e a análise e interpretação dos dados obtidos através do inquérito realizado ao eleitorado de São Vicente, conforme definido na metodologia.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para o desenvolvimento do referido estudo, baseia-se nos procedimentos básicos mas, fundamentais para a elaboração dos trabalhos de iniciação á investigação científica. Assim iniciou-se com pesquisas bibliográfica com o objectivo de apresentar os conceitos dos vários elementos que compõem o tema em análise, através de livros, artigos, documentos diversos, trabalhos e estudos já publicados e sites da internet.

Privilegiou-se particularmente o levantamento e a análise de documentos oficiais, Constituição da Republica de Cabo Verde e do Código Eleitoral Cabo-verdiano.

Recorreu-se ao método de investigação qualitativa, através de entrevistas exploratórias e preditivas feitas a dois politólogos seniores com o objectivo de conceber uma análise descritiva do ambiente político e social que antecede as eleições de 2016.

Os estudos exploratórios, segundo Marshall et Rossman (cit. in Sousa et Batista 2011), têm por objectivo proceder ao reconhecimento de uma dada realidade pouco ou deficientemente estudada e levantar hipóteses de entendimento dessa realidade. Os estudos preditivos, por sua vez, procuram predizer os resultados de um fenómeno e prever os eventos e comportamentos do fenómeno.

Fez-se o levantamento e a análise de figuras de dados estatísticos e pesquisas de opinião do Afro-barómetro (2014) sobre a qualidade da democracia em Cabo Verde.

Para conhecer a opinião do eleitorado de São Vicente face a realização das eleições gerais de 2016, o instrumento utilizado foi o Questionário. Assim foi elaborado um questionário, constituído por 23 perguntas fechadas, maioritariamente de escolha múltipla e por uma pergunta de resposta aberta.

De acordo com Souza et Baptista (2011), a utilização do inquérito num projecto de investigação justifica-se sempre que há necessidade de obter informações a respeito de uma grande variedade de comportamentos – para compreender fenómenos como atitudes, opiniões, preferências e representações, para obter dados de alcance geral sobre

fenómenos que se produzem num dado momento ou numa dada sociedade com toda a sua complexidade (por exemplo, intenções de voto).

Para a aplicação do questionário, tomou-se como população o eleitorado da ilha de São Vicente, ou seja os residentes recenseados. A amostra optada foi do tipo não aleatória por quotas, constituída por 118 eleitores das diferentes localidades da ilha, divididos por faixa etária, em 2 quotas: de 18 a 45 anos e maior que 45 anos, tendo ainda sido optado pela divisão equitativa da amostra pelo sexo (feminino e masculino), devido á pertinência da igualdade de género.

Para garantir a confiabilidade da amostra, na selecção dos inquiridos, nas diferentes Zonas de São Vicente, teve-se como preocupação seguir um caminho aleatório em função do número de inquéritos a serem realizados e do número de eleitores por zona e também de forma que as características da população acessível fossem mais próximo possível da população alvo.

CAPÍTULO I: DEMOCRACIA, DEMOCRACIA DIRECTA E DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

1. Conceito de Democracia

No sentido etimológico da palavra, democracia significa o governo do povo, ou seja o governo da maioria. Prevalece nesta primeira aproximação deste fenómeno político uma definição quantitativa (Rosenfield, 1994).

Por Democracia entende-se a forma política em que o poder é atribuído ao povo e em que é exercido de harmonia com a vontade expressa pelo conjunto de cidadãos titulares de direitos políticos (Miranda, 1996). Segundo Norberto Bobbio, por regime democrático entende-se primariamente um conjunto de regras de procedimento para formação de decisões colectivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados (Bobbio, 2000).

“ O modelo democrático compreende três elementos essenciais: a designação dos governantes por eleições em sufrágio universal, a existência de um parlamento com vastos poderes e uma hierarquia de normas jurídicas que assegure um controlo das autoridades públicas por juízes independentes. Estas instituições têm o mesmo objectivo: impedir que o poder político se torne demasiado forte, a fim de serem preservadas as liberdades dos cidadãos. [...]” (Duverger, 1971).

A democracia exige o exercício do poder pelo povo, pelos cidadãos com direitos políticos, em conjunto com os governantes; e este exercício deve ser actual, e não potencial, deve traduzir a capacidade dos cidadãos de formarem uma vontade política autónoma perante os governantes. Democracia significa que a vontade do povo quando manifestada nas formas constitucionais, deve ser o critério das acções dos governantes (Miranda, 1996).

Para Norberto Bobbio, pode-se definir a democracia das maneiras as mais diversas, mas não existem definição que possa deixar de incluir em seus conotativos a visibilidade ou transparência do poder (Bobbio, 2000).

O único modo de se chegar a um acordo quando se fala de democracia entendida como contraposta a todas as formas de governo autocrático¹, é o de considerá-la caracterizada como um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões colectivas e com quais procedimentos. Para que uma decisão possa ser aceita como decisão colectiva é preciso que seja tomada com base em regras (não importa se escritas ou consuetudinárias) que estabelecem quais são os indivíduos autorizados a tomar decisões vinculatórias para todos os membros do grupo, e a base de quais procedimentos (Bobbio, 2000).

No que diz respeito aos sujeitos chamados a tomar (ou a colaborar para a tomada de) decisões colectivas, um regime democrático caracteriza-se por atribuir este poder (que estando autorizado pela lei fundamental torna-se um direito) a um número muito elevado de membros do grupo (Bobbio, 2000).

No que diz respeito as modalidades de decisão, a regra fundamental da democracia é a regra da maioria, ou seja a regra à base da qual são consideradas decisões colectivas – e portanto, vinculatórias para todo o grupo – as decisões aprovadas ao menos pela maioria daqueles a quem compete tomar decisões (Bobbio, 2000). Em suma, a regra da maioria é um corolário ou uma exigência de uma igualdade livre ou de uma liberdade para todos (Miranda, 1996). Estes dois autores focalizam em duas questões essenciais da democracia. A primeira refere-se ao facto de que as decisões em democracia são tomadas pela colectividade, ou pela maioria da mesma a segunda é que essa maioria tem de traduzir a decisão do povo, que tem de ser exercida de forma livre e em pé de igualdade. Daí que nem sempre a democracia pressupõe um critério da verdade ou da bondade das decisões dos governantes. É neste sentido que Jorge Miranda, afirma que, a democracia não é o critério da verdade é apenas o critério da acção. Segundo Miranda (1996), não há nem deixa de haver verdade nesta ou naquela opção política; há só (ou tem de se pressupor que haja) referência ao bem comum.

¹Governo Autocrático – oposto da democracia, é um regime político no qual existe uma única representação como detentora do poder

1.1. Da Democracia Directa a Democracia Representativa

A democracia pode ser exercida de forma directa – participação do cidadão em todas as decisões a eles pertinentes – ou mesmo indirecta – as deliberações colectivas são tomadas não directamente por aqueles (Bobbio, 2000).

“Naturalmente, a democracia directa só é viável em pequenas comunidades, como acontecia nas cidades-estado gregas” (Henriques et Cabrito, 1990).

Efectivamente, as democracias antigas constituíram-se em democracias directas, uma vez que o poder político era exercido em assembleia geral de cidadãos. Nestas assembleias, onde tinham assento todos os cidadãos, faziam-se as leis, tomavam-se as decisões e atribuíam-se os diversos cargos (Henriques et Cabrito, 1990).

Na generalidade dos estados democráticos actuais, o sistema de democracia directa é materialmente impossível, assistindo-se à eleição dos governantes que representam, para todos os efeitos, a vontade dos cidadãos (Henriques et Cabrito, 1990).

Segundo Sá (1999), o parlamento foi, e ainda é, ao menos formalmente, concebido como sendo o órgão representativo mais importante, ao qual cabe a função de realizar a conexão entre a sociedade e o estado. Como seria de esperar, aqueles que recebem da colectividade a capacidade de executar o poder político deverão representá-la em todas as situações e, perante ela, ser responsáveis (Henriques et Cabrito, 1990).

A expressão democracia representativa significa genericamente que as deliberações colectivas, isto é, as deliberações que dizem respeito à colectividade inteira, são tomadas não directamente por aqueles que dela fazem parte mas por pessoas eleitas para esta finalidade (Bobbio, 2000). Assim sendo, tendo eleitos os seus representantes, a colectividade delega neles a sua autoridade soberana (Henriques et Cabrito, 1990). O conceito de representação política é um conceito essencial da história moderna. A teoria da representação política está na base da construção do estado representativo moderno e no centro da polémica acerca da sua natureza, sentido e limites (Sá, 1999).

Para Dénis Rosenfield, o conceito de democracia sofre um deslocamento que altera o seu sentido, pois de organização da polis² ela se tornou uma forma de governo possível do estado (Rosenfield, 1994). Ou seja da organização social constituída por cidadãos

²Pólis - cidade-estado. Na Grécia Antiga, a Pólis era um pequeno território localizado geograficamente no ponto mais alto da região.

livres que discutiam e elaboravam as leis relativas à cidade, – democracia directa, a um governo de elites eleitos pelo povo para tomada de decisões que melhor favoreçam os interesses de toda a população – democracia representativa.

O Estado Moderno configura historicamente um fenómeno político desconhecido que termina por fazer de democracia uma forma de legitimação do seu próprio poder (Rosenfield, 1984).

A transferência do processo democrático público de tomada de decisões, que dava forma á comunidade para um centro de poder situado acima da sociedade acarretou uma reorganização política das relações humanas, resultando numa transformação dos próprios conceitos de “espaço público”, ou de “governo da maioria” (Rosenfield, 1984).

[...] A democracia pode inclusive vir a significar uma mera transferência da participação política, embora no seu sentido originário seja efectivamente o de uma efectiva participação dos indivíduos nos assuntos públicos (Rosenfield, 1994). Contudo Luís de Sá evidencia que na base de representação política está, teoricamente, o reconhecimento da cidadania, isto é a diferença entre ser um mero súbdito, simples sujeito do poder, ou ser cidadão e verdadeiro sujeito do poder (Sá, 1999).

Sabemos por experiência própria que no momento mesmo em que a democracia se expande ela corre o risco de se corromper, já que se encontra continuamente diante de obstáculos não previstos que precisam ser superados sem que se altere a sua própria natureza, e está obrigada a se adaptar continuamente à invenção de novos meios de comunicação e de formação da opinião pública, que podem ser usados tanto para infundir-lhe nova vida quanto para entorpecê-la (Bobbio, 2000).

Bobbio evidencia, então, o parecer de que a democracia está em constante processo de transformação, dada a sua própria dinâmica e seus esforços de procurar dar respostas a novas demandas que se colocam a cada nova conjuntura. Está-se, assim, perante o que se poderia caracterizar de ambivalência congénita da democracia: um corpo que produz crises e tensões e está sujeito a recorrentes défices de identidade e de legitimação (Silveira, 2005).

Conforme Bobbio (2000), para um regime democrático, o estar em transformação é o seu estar natural: a democracia é dinâmica, o despotismo é estático e sempre igual a si mesmo.

Contudo, Norberto Bobbio defende que o conteúdo mínimo do estado não encolheu: garantia dos principais direitos de liberdade, existência de vários partidos em concorrência entre si, eleições periódicas a sufrágio universal, decisões colectivas ou concordadas (nas democracias consociativas ou no sistema neocorporativo) ou tomadas com base no princípio da maioria, e de qualquer modo sempre após um livre debate entre as partes ou entre os aliados de uma coalizão de governo (Bobbio, 2000). A análise fenomenológica da democracia conduz-nos ademais, à notável constatação de que, independentemente da caminhada evolutiva das culturas políticas, das flutuações das ideias e da estratificação das estruturas jurídicas, as democracias mantiveram-se, ao longo da história, axiologicamente vinculadas a ideia matriz de democracia (Silveira, 2005).

O sistema pluripartidário, a liberdade de expressão, a eleição dos órgãos de soberania num quadro constitucional universalmente aprovado e a aplicação dos Direitos Humanos são, cada vez mais, os elementos definidores de uma democracia representativa, um Estado de Direito Democrático (Silveira, 2005).

Existem democracias mais sólidas menos sólidas, mais invulneráveis e menos vulneráveis; existem diversos graus de aproximação com o modelo ideal, mas mesmo a democracia mais distante do modelo ideal, não pode ser de modo algum confundida com um estado autocrático e menos ainda com um autocrático (Bobbio, 2000).

[...] Os estados tornaram-se cada vez maiores e mais populosos, e neles nenhum cidadão está em condições de conhecer todos os demais, os costumes não se tornaram mais simples, tanto que os problemas se multiplicaram e as discussões são a cada dia mais espinhosas, as desigualdades de fortuna ao invés de diminuírem tornaram-se, nos estados que se proclama democráticos (embora não no sentido rousseauiano³ da palavra), cada vez maiores e continuam a ser insultantes; além disso, o luxo que segundo Rousseau corrompe ao mesmo tempo o rico e o pobre, o primeiro com a posse e o segundo com a cupidez, não desapareceu (tanto é verdade que as reivindicações intencionalmente provocantes mas não extravagantes de alguns grupos contestadores existem também a do direito ao luxo) (Bobbio, 2000).

³Rousseauiano termo relativo à vida e à obra de Jean-Jacques Rousseau, importante filósofo, teórico político, escritor e compositor autodidacta suíço

1.2. A Democracia em Cabo Verde

O período do Monopartidarismo

A nação Cabo-verdiana, forjada em condições materiais precárias e sociais dolorosas, esperou cerca de dois séculos para ser Estado, o que ocorreu só em 1975 (Silveira, 2005). Cabo Verde alcançou a independência a 5 de Julho de 1975, após uma longa luta de libertação, conduzida pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) (Lima, 1992).

Desde a sua fundação, em 1975, o Estado de Cabo Verde vem funcionando, sem sobressaltos e sem recurso a profundas reorganizações sociais, num quadro de matriz cultural e institucional marcadamente ocidental. Com efeito, três décadas de vida política autónoma, dos quais a primeira metade em regime de Partido Único e outra em regime de democracia pluralista, oferecem resultados que convergem para revelarem o forte substrato ocidental da cultura política e institucional em Cabo Verde (Silveira, 2005).

O Estado Cabo-verdiano que surge após a independência nasce já com características autoritárias (Évora, 2004). A instituição do «Partido Único» fez a sua aparição em Cabo Verde como resposta imediata e inadiável aos problemas suscitados pela libertação do Marcelismo, regime opressivo e anacrónico que deu continuidade ao Estado Salazarista. A sua missão primordial era a de montar um aparelho institucional que justificasse, no plano Internacional, a existência da Republica de Cabo Verde como país independente e soberano (Silveira, 2005).

A partir da LOPE – Lei sobre a Organização Política do Estado –, publicada em Julho de 1975, o regime cabo-verdiano pode ser caracterizado por um regime monopartidário. A LOPE passou a ser uma espécie de constituição definindo os órgãos de poder do Estado e a orgânica jurídico-política para a governação e a administração do país até que fosse votada e promulgada, pela Assembleia Constituinte, a Constituição da República de Cabo Verde (Évora, 2004).

As características autoritárias adoptadas pelo PAIGC, a partir de 1975 ficam, institucionalizadas na primeira Constituição de Cabo Verde, aprovada em 5 de

Setembro de 1980, que estabelece o monopartidarismo como regime político (Évora, 2004).

1.2.1. Processo de Abertura Política em Cabo Verde

No plano temporal, esta iniciativa estava associada ao descrédito quase que universal dos regimes marxistas do Terceiro Mundo, no cambar do século XX (Silveira 2005) pois, o final da década de 80 e o início dos anos 90 do século XX foram marcados por grandes transformações políticas que se traduziram em processos de transição de regimes autoritários para regimes democráticos (Évora, 2004).

Segundo Barros (2008) a perseguição do desenvolvimento, terá também, conduzido à mudança do regime em 1991, na medida em que a prática económica se afastou da ortodoxia ideológica do regime de partido único, então em vigor, acabando por fragilizá-lo. Portanto, em Cabo Verde, o papel do cenário externo foi imperativo para a mudança. O país sempre foi muito dependente do exterior [...] os países africanos foram muito influenciados pelos doadores para fazerem sua abertura política. Desde de finais da década de 80, existia no continente uma forte pressão para que o multipartidarismo e as eleições directas fossem adoptadas como condição de se continuar a ter ajuda ao desenvolvimento (Évora, 2004).

Com as bases de legitimação em falência acelerada, o «Partido Único» lança, a contracorrente da história, as sementes do pluralismo. Agindo desse modo, evitava o seu próprio naufrágio como organização, ao mesmo tempo que afastava o espectro de crises e convulsões com potencialidades para arrastar Cabo Verde para aventuras de consequências imprevisíveis (Silveira, 2005).

Évora (2004) afirma que em Fevereiro de 1990, o Conselho Nacional do PAICV declarou a intenção de fazer a mudança do regime para um sistema multipartidário. Para isso afirmou que aceitaria que outras associações políticas poderiam disputar as eleições legislativas e autárquicas, que deveriam ocorrer no final do mesmo ano. Este anúncio marcou o início do período de transição que durou até 13 de Janeiro de 1991, altura em que se realizara as primeiras eleições legislativas multipartidárias (Barros, 2008).

A abertura política foi formalmente institucionalizada em Setembro de 1990, quando a Assembleia Nacional Popular (ANP), na convocação ordinária, removeu o artigo 4º⁴ que reconhecia o PAICV como única força política dirigente. Essa assembleia instituiu a lei do regime jurídico dos partidos, a lei eleitoral para a ANP e para o Presidente da Republica, a lei que reconhece o direito de antena e de resposta aos partidos políticos, entre outras (Évora, 2004). Portanto essa revisão institucionalizou o princípio do pluralismo e possibilitou a transição para um novo tipo de regime político (Barros, 2008).

Segundo Onésimo Silveira, o surgimento da oposição em Cabo Verde influenciou muito a dinâmica da transição. Pois, ao MPD (Movimento Para a Democracia) coube um papel pioneiro no processo, ao apresentar-se na ocasião como a única organização partidária minimamente apetrechada para ocupar o terreno legal aberto pelo PAICV (Silveira, 2005).

Da intenção de se fazer a abertura pronunciada em Fevereiro de 1990, à concretização constitucional para tal fim, decorreram seis meses. Feita a revisão constitucional em Setembro e criadas as condições para o multipartidarismo, o PAICV estabeleceu um calendário que determinava a realização das eleições presidenciais para finais de Novembro de 1990 e as eleições legislativas para Fevereiro de 1991 (Évora, 2004).

A campanha eleitoral para estas primeiras eleições democráticas realizou-se de 4 de Dezembro de 1990 a 1 de Janeiro de 1991 (Évora, 2004).

A 13 de Janeiro de 1991, realizaram-se as primeiras eleições legislativas pluripartidárias, ponto alto do processo de transição, que elegeram os deputados da IV legislatura, iniciada a 25 de Fevereiro de 1991, efectivando, deste modo, o início da Segunda Republica (Barros, 2008).

O processo de consolidação e a mudança de regime prosseguiu com a realização das eleições presidenciais no dia 17 de Fevereiro de 1991 e, no dia 22 de Março com a tomada de posse do Presidente da Republica, na Assembleia Nacional, continuou com as eleições municipais realizadas a 15 de Dezembro de 1991, terminado a 25 de Setembro de 1992 com a aprovação da nova Constituição da República, que veio dotar

⁴Artigo 4º da Lei Organização Política do Estado LOPE, foi um documento com 23 artigos que funcionou com uma Constituição provisória, após a independência do país.

o sistema político Cabo-verdiano de um quadro normativo de valores que o caracterizam um Estado de Direito Democrático, conforme com o regime de democracia pluralista instaurado (Barros, 2008).

Realizadas as primeiras eleições legislativas a 13 de Janeiro de 1991, e as eleições presidências a 17 de Fevereiro deste mesmo ano, ficava no ar a promessa dos partidos políticos de realização de eleições municipais, de maneira a completar-se a eleição directa de todos os titulares dos órgãos do poder político; uma vez que as eleições legislativas acarretaram a mudança de maioria política, o novo Governo propôs no seu programa aprovado pela Assembleia Nacional Popular, desenvolver acções tendentes ao aperfeiçoamento do sistema eleitoral autárquico e à criação de todas as condições necessárias à periódica e normal realização de eleições livres e democráticas para os órgãos do Poder Local, com a participação de partidos políticos e de outros grupos de cidadãos não enquadrados em estruturas partidárias, como forma de permitir uma maior participação política dos cidadãos na formação e controle dos órgãos do poder (Silva, 2005)⁵.

Para as primeiras eleições livres e democráticas, o território nacional foi dividido em 20 círculos eleitorais. A grande novidade foi a introdução dos círculos eleitorais no estrangeiro. Esta introdução de três novos círculos eleitorais – África, América, Europa e o resto do mundo – está intimamente ligada ao facto de existir uma forte comunidade cabo-verdiana emigrada nestes três continentes e a importância, principalmente económica dessa comunidade para Cabo Verde. No total, nessas primeiras eleições, existiam 28 círculos eleitorais para eleger 79 deputados à Assembleia Nacional (Évora, 2004).

O grande vencedor dessas eleições foi o MPD – Movimento para a Democracia, como ilustra o quadro que se segue:

⁵ Mário Ramos Pereira Silva, Código Eleitoral Anotado, Praia 2005

Quadro 1- Resultado das primeiras eleições legislativas de 13 de Janeiro de 1991

Círculos Eleitorais	Eleitores Inscritos	Nº de Votantes	Deputados a eleger	Votos (em%)			
				MPD	PAICV	Branços	Nulos
Boa Vista	1.897	1.689	2	31,3	65,8	0,4	2,5
Brava	3.000	2.489	2	49,9	45,0	0,1	5,0
Maio	2.334	1.876	2	40,6	54,3	1,6	3,5
Sal	4.380	3.076	2	52,4	43,7	0,9	3,0
Nossa Senhora da Ajuda	4.033	3.694	2	29,6	67,9	0,4	2,1
Nossa Senhora da Conceição	6.916	5.857	3	36,9	59,6	0,2	3,3
São Lourenço	3.925	3.217	2	35,4	60,0	0,3	4,3
Praia Urbano	27.548	19.117	12	59,7	36,9	0,5	2,9
Praia Rural	4.995	4.133	2	68,5	28,1	0,7	2,7
Praia Rural 2	2.849	2.116	2	52,0	40,1	0,6	7,3
Santa Catarina	14.608	10.206	6	72,9	19,3	0,5	7,3
São Salvador do Mundo	3.654	2.847	2	60,0	26,1	0,9	13,0
São Lourenço dos Órgãos	12.113	9.300	5	72,8	20,6	0,5	6,1
Tarrafal	11.604	8.147	5	68,9	24,9	0,8	5,4
Nossa Senhora do Livramento	5.084	4.325	2	72,2	21,4	0,3	6,1
Santo Crucifixo	5.702	4.730	2	80,9	12,7	0,7	5,7
Santo António das Pombas	3.555	2.904	2	65,5	26,2	0,5	8,8
Santo André	1.842	1.408	2	72,5	18,2	0,9	8,4
Nossa Senhora do Rosário	5.944	4.695	3	54,0	31,1	0,6	14,3
Nossa Senhora da Lapa	1.153	916	2	61,0	29,5	0,9	8,6
Nossa Senhora da Luz	27.408	21.380	12	74,9	19,9	0,4	4,8
São João Batista	5.444	4.425	2	66,7	25,1	0,5	7,7
África	2.976	1.557	1	31,9	64,2	0,4	3,5
América	857	495	1	20,6	77,4	0,2	1,8
Europa	2.997	965	1	55,0	41,6	1,9	1,5
Total	166.818	125.564	79	62,5	31,6	0,5	5,4

Fonte: Boletim Oficial de Cabo Verde, nº 325 de Janeiro de 1991.

* Percentuais calculados sobre o total de votantes.

Segundo Roselma Évora, é por esse resultado que podemos verificar na tabela, que se sustenta a hipótese de que o voto no MPD foi um voto de mudança, um voto de protesto dos cabo-verdianos ao monopartidarismo (Évora, 2004).

Quadro 2 – Resultado das eleições em mandatos

MANDATOS	MPD	PAICV	TOTAL
	56	23	79

Fonte: Tabela feita pelo autor

Portanto, com 62,5% de votos, o MPD, garantiu 56 das 79 cadeiras no parlamento, enquanto o PAICV, com 31,6% dos votos elegeu apenas 23 deputados. Com a maioria qualificada de dois terços, o MPD tinha assim poderes para mudar a Constituição (Évora, 2004). O MPD foi o partido vencedor das eleições legislativas, com uma maioria qualificada, ou seja, uma maioria de dois terços mais um, dos deputados (Barros, 2008).

Além da vitória nas eleições legislativas de Janeiro de 1991, o MPD foi também o vencedor das primeiras eleições autárquicas realizadas em Dezembro do mesmo ano. Das catorze Câmaras Municipais, oito foram vencidas por listas do MPD (Praia, Santa Cruz, Santa Catarina, Tarrafal, São Nicolau, Ribeira Grande, Porto Novo e Brava) e, em dois municípios, foram eleitas as listas independentes apoiadas pelo MPD (Maio e Sal). O PAICV conseguiu eleger apenas duas Câmaras Municipais: Boa Vista e Fogo (Da Costa cit. in Évora 2004) e apoiou a lista independente no Paul (Évora, 2004).

A mudança política em Cabo Verde, resultado das primeiras eleições democráticas, não se restringiu apenas ao Legislativo e as Câmaras Municipais. Houve também mudanças nas disputas presidenciais. Para as primeiras eleições presidenciais directas e democráticas, dois candidatos disputaram o cargo: António Mascarenhas Monteiro – que concorreu como independente com apoio do MPD – e Aristides Pereira, que se recandidatou à Presidência, após ter sido Presidente da República por 15 anos. Pereira foi apoiado pelo seu partido, o PAICV (Évora, 2004).

O seguinte quadro demonstra a vitória do António Mascarenhas Monteiro, candidato apoiado pelo MPD, que foi eleito com 72,6 % dos votos, enquanto que Aristides Pereira, Presidente da República do país durante 15 anos, obteve apenas 26,2% dos votos.

Quadro 3– Resultado das primeiras Eleições Presidenciais Directas e Democráticas de 13 de Fevereiro de 1991.

Círculos Eleitorais**	Inscritos	Votantes	Abstenção (em %)	Votos (em %)		
				Aristides Pereira	António Mascarenhas	Branços e nulos
Brava	2.898	2.092	27,8	42,9	56,4	0,7
Fogo	14.851	10.552	28,9	58,0	41,0	1,0
Santiago	76.711	42.676	44,3	21,6	76,5	1,9
Maio	2.328	1.448	37,8	52,6	45,8	1,6
Boa Vista	1.939	1455	30,4	67,9	30,4	1,7
Sal	4.383	2.407	45,0	49,5	49,1	1,4
S. Nicolau	7.860	4.482	43,0	28,3	66,4	5,8
S. Vicente	27.881	17.684	36,5	18,9	79,8	1,3
Santo Antão	21.590	15.242	29,4	12,6	85,4	2,0
Total	160.441	98.039	38,9	26,2	72,6	1,2

Fonte: Cahen (cit. in Évora 2004).

Segundo Onésimo Silveira (2005), as potencialidades dos cabo-verdianos do PAICV e do MPD foram traduzidas em realidades políticas, a partir de 13 de Janeiro de 1991, data em que foram realizadas as primeiras eleições multipartidárias na história do país e em que se registou, sem nenhuma expressão de violência, a mudança das fontes de legitimidade do poder e se abriu o caminho à montagem de um novo aparelho jurídico, numa moldura normativa que consagrou o pluralismo de ideias, de expressão, e o ordenamento político partidário como traves-mestras da democracia cabo-verdiana.

Para o mesmo autor parece digno de destaque a passagem do «Partido Único» ao regime multipartidário, sem riscos aparentes de regressão existencial; por outro lado, não deixa de ser realmente notável constatar que a democracia em Cabo Verde, apesar da sua curta existência, já deixa articular, com fluidez e maturidade, a lógica liberal de representação e a lógica democrática de igualdade.

1.2.2. A qualidade da democracia em Cabo Verde – Perda generalizada de confiança nas instituições em Cabo Verde segundo sondagens realizadas pela Afrosondagem⁶

Segue-se o Comunicado de Imprensa realizada na cidade da Praia, Cabo Verde no dia 30 de Março de 2015.

Os cabo-verdianos mostram-se menos confiantes nas suas instituições. Praticamente metade (49%) declararam que confiam nas instituições, o que indica uma perda de dez pontos percentuais, comparativamente aos dados divulgados em 2011.

Todas as instituições foram afectadas pela perda de confiança por parte dos cidadãos, desde a Presidência da República, passando pela Assembleia Nacional, o Primeiro Ministro, os eleitos locais, os partidos políticos na oposição, o PAICV, sendo este último o que registou a maior queda em termos de confiança entre as instituições eleitas. Esta perda de confiança atinge tanto as instituições eleitas como as não eleitas. No entanto, constata-se que a perda de confiança é mais acentuada entre as instituições eleitas. A instituição militar e os tribunais continuam a merecer os níveis de confiança mais elevados.

É generalizada a percepção dos cidadãos de que os políticos colocam na prioridade das suas agendas a resolução dos seus problemas em detrimento dos da população.

Principais conclusões:

O PAICV mereceu a confiança de 39% dos cabo-verdianos, contra 42% registado entre os partidos da oposição (veja a Figura 1 abaixo).

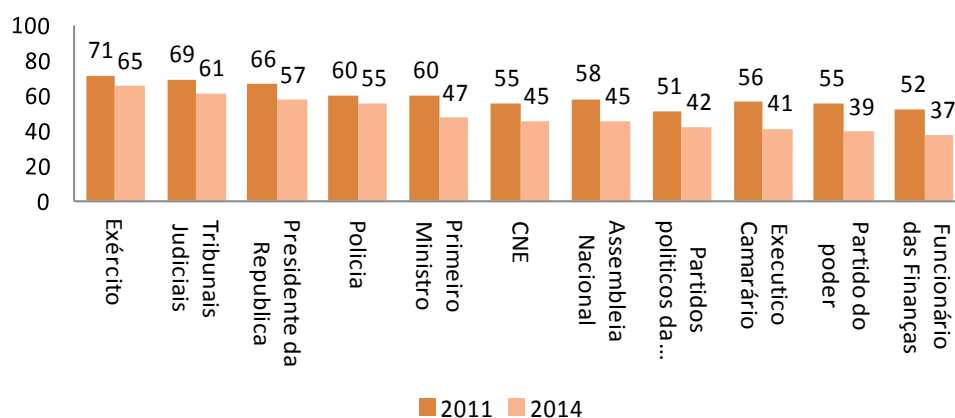
O Primeiro Ministro também foi bastante penalizado, tendo merecido a confiança de 47% dos cabo-verdianos, seguida pela Assembleia Nacional com 45% de citações. O Presidente da República mereceu a confiança de 57% dos cabo-verdianos, contra 66% assinalado em 2011 (Figura 1).

A maioria dos cabo-verdianos (74%) é de opinião que os líderes dos partidos políticos estão mais preocupados em promover as suas próprias ambições políticas, do que em servir os interesses do povo (Figura 2).

⁶Afrosondagem - Equipe que lidera as sondagens da Afro barómetro em Cabo Verde.

A equipe da Afro barómetro em Cabo Verde é liderada pela Afrosondagem que entrevistou 1200 indivíduos adultos (com 18 anos e mais) em Novembro e Dezembro de 2014. A amostra é representativa a nível nacional e por meio de residência, contém uma margem de erro de + ou – 3% e um intervalo de confiança de 95%. Em Cabo Verde, já foram realizados estes inquéritos nos anos de 2002, 2005, 2008 e 2011.

Figura 1 – Confiança nas instituições | Cabo Verde | 2014



Fonte: dados do site <http://www.afrosondagem.cv/>

Os entrevistados foram perguntados: Até que ponto você confia em cada uma das seguintes instituições, ou não ouviu falar o suficiente delas para dar a sua opinião?

Figura 2 – Os líderes dos partidos políticos estão mais preocupados em promover as suas próprias ambições | Cabo Verde | 2014



Fonte: dados do site <http://www.afrosondagem.cv/>

Os entrevistados foram perguntados: Você acha que os líderes dos partidos políticos neste país estão mais preocupados em servir os interesses do povo, ou mais preocupados em promover as suas próprias ambições políticas, ou você não tem opinião em relação a isso?

1.3. A Construção da Cidadania Participação Política e Democracia

O estabelecimento de um estado democrático de direito em sua ampla dimensão, está baseado em uma perspectiva de construção do cidadão e de sua cidadania.

Numa primeira vertente a cidadania é, em muitos casos, associada à natureza intrínseca das democracias seja pelo entendimento de que a sua institucionalização requer, em termos ideais, a constante procura da plena igualdade de direitos económicos, sociais e políticos dos cidadãos, seja pelo reconhecimento da necessária contribuição destes para a realização daquele ideal (Martins, 2010).

Pasquino (2010), reconhece a abundância das definições de participação política, que podem ser compreendidas tanto num sentido visível – “conjunto de ações e comportamentos”, que têm por objetivo “influenciar de forma mais ou menos direta e mais ou menos legal as decisões dos detentores do poder no sistema político ou em organizações políticas particulares” e também a “própria escolha daqueles, com o propósito de manter ou modificar a estrutura (e, conseqüentemente, os valores) do sistema de interesses dominantes” –, como também na forma latente ou invisível – “presença de uma opinião pública interessada na política e informada dos seus desenvolvimentos que, por vários motivos”, tais como o nível de satisfação e confiança funcionamento e capacidade do sistema político, “se ativa apenas raramente e de modo descontínuo” – que pode ser observada somente em regimes democráticos.

Um dos aspectos centrais do conceito de cidadania é o que se refere à oportunidade de participação na vida de uma comunidade. Mais do que o direito à integridade de uma pessoa, “trata-se do direito de participar na concretização das condições que determinam uma comunidade ou ainda, de fazer parte da formação das leis que obrigam todos os cidadãos” (Daherendorf cit.in Martins 2010).

A abordagem desse autor evidencia um duplo sentido da noção de cidadania. Por um lado, o do reconhecimento dos direitos participação dos cidadãos bem como dos modos e graus do seu exercício e, por outro, o que aponta para os mecanismos de relacionamento entre cidadãos e as instituições política e sociais, relevando este último sentido a ideia de que cidadania não se reporta meramente à condição de igualdade do cidadão como sujeito da acção do poder mas antes à ideia de um cidadão que também participa no seu exercício (Martins, 2010).

Para o mesmo autor, o reconhecimento da necessidade da intervenção do cidadão na comunidade política, é assim entendido como condição da existência da democracia (Martins, 2010).

O reconhecimento da participação política como elemento da cidadania é também reforçado pela perspectiva que analisa o conjunto de direitos em que se consubstancia a intervenção dos cidadãos. Neste caso a noção de participação política associa-se a ideia de direitos entendidos como recursos políticos que o cidadão dispõe para actuar no sistema político, pelo que quaisquer que sejam os modos de expressão da acção política, a tendência é para reconhecer os indivíduos e às instituições uma posição activa e interessadas nos destinos do Estado, de forma a contribuir para a realização dos fins públicos (Martins, 2010).

É neste sentido que a participação política possa ser entendida como parte de um todo mais vasto que é a cidadania, constituindo uma espécie de código uniforme de direitos e deveres com as quais todos os indivíduos são investidos em virtude da sua participação na sociedade (Marshall cit. in Martins 2010).

1.3.1.A Participação Política

Em sentido etimológico, o termo participação (lat, participatio) significa, “ fazer parte de”, “tomar parte em qualquer coisa”. De acordo com esta aceção poder-se-ia afirmar que a noção de participação política remete para a ideia de alguém “tomar parte na vida política”. Contudo, sendo muitas as dificuldades em delimitar a sua natureza, modos, formas, determinantes e graus, não é possível encontrar uma posição consensual quanto a conceptualização operacional desta expressão (Martins, 2010).

Segundo o mesmo autor esta multiplicidade de sentidos antecipa, desde logo, a complexidade inerente à abordagem de um fenómeno que tanto pode referir-se a comportamentos activos ou passivos dos cidadãos, a atitudes face à vida política e pública, acções individuais e voluntárias destinadas a intervir no processo de decisão política a actividades estimuladas por diversos agentes políticos e sociais, a comportamentos consentidos e não consentidos, ou a intervenções na esfera política e social.

De acordo com Gianfranco Pasquino, a participação política é simultaneamente um fenómeno antigo e um fenómeno recente. É um facto antigo na medida em que, a partir do momento em que se pode falar de política como atividade desenvolvida numa comunidade organizada, existiu participação política. É recente uma vez que se encontra estreitamente ligado, no seu sentido mais expressivo, as mudanças significativas nos sistemas socioeconómicos e na natureza das comunidades políticas. Quanto a antiguidade do fenómeno ninguém que é de participação política que devemos falar quando referimos de cidade-estado grega (Pasquino, 2010).

Segundo o mesmo autor, a participação política é um conjunto de comportamentos que aspiram a influenciar de forma mais ou menos direta e mais ou menos legal as decisões dos detentores do poder no sistema político ou em organizações políticas particulares, bem como a própria escolha daqueles, com o propósito de manter ou de modificar a estrutura do sistema de interesses dominantes, que se exprime em comportamento, ou participação.

De acordo com as concepções mais radicais da democracia, a participação política é entendida como instrumento de realização plena do cidadão na comunidade social e política, ao passo que as concepções mais moderadas sustentam novas formas de concretização do ideal participativo, defendendo o uso do referendo, a dinamização das pequenas comunidades, o governo local e a descentralização política e administrativa (Martins, 2010).

1.3.2 Participação Política como Essência das Democracias

A centralidade da participação política como essência da democracia é notada por Dahl (cit. in Martins 2010) quando considera, por um lado, que um dos critérios que define o

sistema democrático é o de participação efectiva dos cidadãos na vida política, seja pela possibilidade de manifestação de suas preferências quanto a tomada de decisões políticas, seja pela oportunidade de expressar opções eleitorais. Por outro lado este critério constituiu um valor fundamental do sistema democrático, dada a função que pode desempenhar na prevenção da tendência para a monopolização da acção e influencias políticas por parte das elites.

A participação política surge intimamente ligada à ideia de legitimidade dos sistemas políticos, no sentido em que se reconhece que a democracia exige um sistema de valores que, no plano ideia, possibilite a participação dos indivíduos na tomada de decisões colectivas e permite a participação pacífica pelo poder (Martins, 2010).

Noutro lado, a associação da participação política á legitimidade das democracias destaca também o papel de cada individuo na concretização do ideal democrático, chamando a atenção para o facto de as diversas formas de participação, para além de cumprirem a função da legitimação dos sistemas e da acção dos governantes, também contribuírem para a realização do individuo na comunidade política em que se insere (Martins, 2010).

Segundo Manuel Meirinho Martins (2010), a existência de canais de participação não é condição suficiente para garantir a verdadeira legitimidade democrática, uma vez que não se pode basear exclusivamente no simples reconhecimento das liberdades individuais e colectivas.

A verdadeira legitimidade democrática implica que os governados escolham livremente os governantes e participem na criação e na transformação das instituições sociais (Touraine cit. in Martins 2010). Ou seja, a legitimidade da democracia exige a intervenção de um maior número de actores sociais e indivíduos na tomada de decisões colectivas (Martins, 2010).

CAPÍTULO II: SISTEMA POLÍTICO, PARTIDOS POLÍTICOS

2. Sistema Político

No que respeita á classificação dos sistemas políticos de governo, interessa sobretudo analisar o modo como está estruturado o aparelho do Estado, por forma a descobrir onde reside a sede do exercício real ou aparente do poder, isto é, identificar a pessoa o órgão ou o conjunto de órgãos sem cujo consentimento o Poder não está disponível (Fernandes, 2008).

Para o mesmo autor o sistema político é o conjunto dos processos de decisão e das relações de poder que dizem respeito à totalidade de uma sociedade global. De entre todos, é político o sistema em que um conjunto de elementos estão organizados em torno do estado e do “poder político” para o exercer, para o influenciar, para participar para se submeter ao seu exercício ou para o combater (Sá, 1999).

Um sistema político pode ser descrito de diversas formas, pondo cada uma das formas o enfoque num aspecto particular. Ao nível mais geral, um sistema político é descrito como um conjunto de interacções através das quais, dentro de uma sociedade, se realiza a distribuição autoritária de valores, sendo esta aceite, de um modo em geral, pelos membros dessa sociedade. Ao nível mais restrito, um sistema político pode, também ser considerado como um meio de regular as diferenças ou um conjunto de interacções através das quais as exigências são transformadas em medidas (Barros, 2008).

Em geral, pode-se dizer que o conceito de sistema político refere-se a qualquer conjunto de instituições, grupos ou processos políticos caracterizados por um certo grau de interdependência recíproca (Sá, 1999).

Fernandes (2008) caracteriza o sistema político em: sistemas de governo parlamentares, sistemas de governos presidencialistas e sistemas de governos de convenção ou assembleia, cada um dos quais com características próprias que os tipificam. Entre os sistemas parlamentares e os sistemas presidencialistas, existem sistemas mistos com pendor parlamentar ou presidencialistas.

2.1. Sistema Político Cabo-verdiano

O sistema político Cabo-verdiano tem sido objecto de discussão político constitucional por parte dos dois maiores partidos do país, uma vez que cada um tem uma abordagem diferente quanto a classificação do mesmo, relativamente aos poderes do Presidente da República. Enquanto que, uns afirmam que o sistema político Cabo-verdiano caracteriza-se por um parlamentarismo mitigado, outros preferem caracterizá-lo de um sistema semipresidencialista. No entanto, embora exista essa divergência, todos reconhecem o mais importante, as suas características estruturais.

No tocante à forma de governo o Mpd nas suas primeiras tomadas públicas de posição defendeu aquilo a que deu o nome de parlamentarismo mitigado. Este parlamentarismo mitigado apresenta pontos comuns e diferenças em relação à proposta do PAICV que viria a encontrar acolhimento na Constituição, tendo sido criticado, nomeadamente, por «governamentalizar» o poder de dissolução do Parlamento e diminuir a posição do Presidente da República como factor de superação de crises (Lima, 1992).

O parlamentarismo segundo António José Fernandes (2008) é um sistema político de governo que se caracteriza essencialmente pelas seguintes regras jurídicas fundamentais comuns:

- Responsabilidade do Governo perante ao parlamento;
- Reconhecimento do parlamento como fonte de todos os poderes;
- Ausência de democracia directa;
- Não eleição do Chefe de Estado por eleição universal; (o que não se aplica ao caso cabo-verdiano)
- Direito de dissolução do parlamento pelo Chefe do Estado e acumulação de poderes e de funções;

Segundo o mesmo autor, uma das ideias básicas do Parlamentarismo é a existência de uma estreita ligação entre o parlamento e o Governo, que se traduz num equilíbrio de poderes e na ideia de colaboração entre esses dois órgãos.

No entanto, para Lopes (2014), atendendo as características essências do semipresidencialismo, resulta que em Cabo Verde vigora um sistema de governo semipresidencial, de forte pendor parlamentar, em que o Presidente da República é eleito por sufrágio universal, directo e secreto, mas o governo é politicamente

responsável apenas perante o parlamento. O Primeiro-ministro, é nomeado pelo Presidente da República, ouvidas as forças políticas com assento no parlamento e tendo em conta os resultados eleitorais, a existência ou não de força política maioritária e as possibilidades de coligações e alianças (art.º 108 e 109º da CRCV).

O semipresidencialismo, segundo Fernandes (2008) é uma mescla de presidencialismo e de parlamentarismo. O esquema institucional do semipresidencialismo é muito parecido com o do sistema parlamentar, pois também existe um chefe de estado e um chefe de Governo, e o executivo só pode governar se tiver a confiança do parlamento.

Uma das principais características do sistema misto consiste no facto de o Executivo depender simultaneamente do Presidente da Republica e do Parlamento: necessita da confiança de ambos os órgãos (Fernandes, 2008).

Seguem-se algumas das características apresentadas por Lopes (2014), que sustentam a designação do sistema político Cabo-verdiano de um sistema semipresidencialista:

- Exercício do poder executivo repartido entre Presidente da Republica e do Governo;
- Dupla responsabilidade do governo perante o parlamento e o Presidente da República
- Faculdade do Presidente dissolver o Parlamento;
- Eleição do Presidente da República por sufrágio universal;

De salientar, ainda, três características complementares (que, na sua maioria, se assumem como formas de controlo sobre actos).

- Veto presidencial de eficácia absoluta sobre os actos legislativos do governo e de eficácia suspensiva sobre os do Parlamento;
- Autonomia legislativa do Governo e controlo político parlamentar;
- Limites ao poder de referenda ministerial dos actos presidenciais (decretos de demissão do governo, de veto político e de dissolução da Assembleia da Republica).

No entender de Lima (1992) tanto o MpD como o PAICV defendem a legitimação directa do Presidente da Republica através de eleições por sufrágio universal, directo e

secreto. Ambos os partidos pretendem que o presidente da República continue a ter poderes de promulgação, veto, nomeação do governo, ouvidas as forças políticas representadas no parlamento e demissão do governo. Ambos pretendem que o governo continue a ser responsável perante o Presidente da República.

“Segundo o mesmo autor as diferenças residem em torno do condicionalismo da dissolução e da demissão do governo” (Lima, 1992).

Com efeito, o MpD admite o princípio da dissolução do parlamento pelo Presidente da República, mas sujeita-o, ao contrário do PAICV, à referenda do Primeiro-ministro, o que foi, além do que se referiu acima, apontando como expediente capaz de paralisar ou liquidar o poder de dissolução cometido ao Chefe de Estado (Lima, 1992).

Quanto a demissão do Governo pelo Presidente da República, o MpD parece admitir esta possibilidade só como decorrência da votação de moções de censura ou da não aprovação de moção de confiança submetida ao Parlamento pelo Governo, diferentemente do PAICV que, além das situações descritas, admite a demissão do Governo por iniciativa do Presidente, quando, “tal se mostre necessário para assegurar o normal funcionamento das instituições”, ouvidos o Presidente da ANP e as forças políticas representadas no parlamento (Lima, 1992).

2.2. Partidos Políticos

Os partidos políticos são elementos fundamentais de qualquer sistema político. Segundo Fernando Farelo Lopes, eles estabelecem a ligação entre as forças da sociedade e o Estado, dotando os interesses sociais de uma expressão organizada e tornando-os politicamente eficazes (Lopes, 2002).

As propostas de conceitos de partido político são relativamente abundantes, mas quase todos têm alguns elementos em comum. Mas são frequentemente criticáveis em alguns pontos se tiverem a pretensão de abranger toda e qualquer realidade que se auto designou ou foi designada como partido (Sá, 1999). Embora não existir um consenso sobre a definição de partidos políticos, ambos apresentam a mesma similaridade «organizações sociais, voluntárias, com carácter de permanência e duração razoável, que lutam pela aquisição e exercício do poder» (Moreira, 2009).

Para Pasquino (2010), os partidos são organizações muito recentes e são tão importantes como controversos. Para ele a própria definição de partido não é fácil de encontrar, uma vez que muitas organizações se comportam ou são obrigados a comportar como partidos, muitas vezes recusam de ser reconhecidas como partidos a fim de fugir as críticas que a eles são dirigidas.

Em todas as épocas e em todos os países se encontram partidos políticos na primeira acepção. A dinâmica política consiste, em larga medida, numa luta ou competição pelo poder e, nesse processo, os homens dividem-se, sejam quais forem as motivações (afectivas, ideológicas ou económicas ou outras) em partidos (Miranda, 1996).

Os partidos políticos são organizações sociais voluntárias, com carácter de permanência e duração razoável, que lutam pela aquisição e exercício do poder, através de meios legais e democráticos (Fernandes, 2008).

Os partidos políticos não pretendem apenas influenciar ou pressionar o aparelho do Poder, mas sim conquistar e exercer o Poder Político (Fernandes, 2008). A ideia de partido político dir-se-ia implicar a concorrência na disputa do poder e a sucessão ou alternância no exercício deste, consoante os resultados das eleições (Miranda, 1996).

Segundo Lopes (2002) nas definições mais conhecidas dos partidos observa-se geralmente a preocupação de demarcá-los perante dois tipos de organizações a) os proto-partidos dos séculos XVIII e XIX, nomeadamente os grupos parlamentares, que desempenhavam funções eminentemente institucionais e b) certos grupos de interesses ou de ideias capazes de canalizar as exigências e os apoios de sectores da sociedade civil para as instâncias de decisão política.

Se lhe faltar a ambição de conquistar e exercer o Poder, não será mais do que um grupo de pressão ou um grupo para-político (Fernandes, 2008). Nos actuais sistemas políticos, os partidos sofrem a concorrência de outras organizações igualmente vocacionadas para actividades que asseguram a ligação Estado-Sociedade (Lopes, 2002).

Fernandes (2008), considera a vontade deliberada de ocupar exercer o poder e não apenas de influenciar e pressionar o aparelho do Estado, a característica que melhor distingue os partidos políticos das outras instituições sociais, dos grupos de interesses e de pressão uma vez que eles também podem ter duração razoável e implantação local generalizada.

[...] Os grupos de pressão são associações que exercem uma pressão sobre os poderes políticos, para que as decisões destes sejam favoráveis à realização dos seus interesses e aspirações: exercem pressão sobre os governantes para que modifiquem a lei em benefício dos seus interesses, sem pretenderem conquistar o poder político (Fernandes, 2008).

Em todo o caso, é inegável que os partidos apresentam, no mínimo, um certo número de tendências que nos permitem diferenciá-los das outras organizações sociopolíticas (Lopes, 2002). De acordo com A.Ware (cit. in Lopes 2002) a sua especificidade radica nos elementos seguintes:

- Os partidos representam geralmente mais do que um sector ou interesse social, tendem a “agregar” interesses sociais diferentes;
- Os partidos procuram obter influência no Estado, frequentemente pela tentativa de ocupação de posições no governo (nas democracias liberais, dada a publicidade ligada às actividades eleitorais, essa tentativa pressupõe em geral a apresentação de candidatos às eleições, porque de outro modo os apoios do partido faltoso tenderão a transferir-se para os partidos preparados para fazê-lo)

As actividades dos partidos podem ser avaliadas sob duas perspectivas: a «institucional» e a «societal». A primeira reporta-se às funções de formação, organização e controlo das instituições políticas. A segunda salienta o papel dos partidos enquanto correias de transmissão dos interesses sociais (Lopes, 2002).

Segundo o mesmo autor se na análise clássica dos partidos se ocupava, no essencial, das funções institucionais – consequência da limitação da acção dos primeiros partidos modernos ao jogo eleitoral / parlamentar de onde emergiram –, coube à das funções sociais dos partidos, precisamente ao concebê-los na perspectiva das suas interacções com o contexto «societal».

Para Lopes (2002), nas sociedades modernas, dentro das funções sociais dos partidos destacam-se as seguintes:

- Estruturação e canalização da comunicação entre governantes e governados, garantindo a participação da sociedade na esfera política, bem como entre as diversas componentes do sistema político, o que contribui para a integração global deste sistema.

- Socialização política, visando o reforço da cultura política oficial/ dominante [...], ou, pelo contrário a modificação dos modelos culturais estabelecidos [...].
- Homogeneização e hierarquização dos interesses expressos ou “articulados” por outras organizações (movimentos sociais, grupos de pressão, etc.), por forma a transformá-los em opções, sintéticas, de “política geral”.

Como funções institucionais dos partidos nas sociedades modernas, Lopes (2002) destaca:

- A designação dos candidatos apresentados aos eleitores, admitindo-se que na ausência desta função os eleitores se confrontariam com uma quantidade desconcertante de candidatos auto-nomeados e sem garantias mínimas de qualidade que os partidos, apesar de tudo, asseguram;
- A estruturação/redução da escolha eleitoral, no sentido em que os principais partidos dispõe em geral de recursos e argumentos suficientes para convencer os eleitores de que a opção “realista” só pode ser o voto nos seus candidatos – o que reduz a quantidade de informação necessária à formação de uma decisão eleitoral que se pretenda “racional” ou “cognitiva”;
- A oferta de programas de governo alternativos, ajudando assim os eleitores a escolher os candidatos com base, não nas respectivas qualidades pessoais, mas sim em políticas gerais relacionadas com a diferenciação ideológicas entre os partidos concorrentes. Em termos de prática, por motivos que não cabe aqui mencionar, assiste-se, desde os anos de 1980, na generalidade das democracias ocidentais, a uma crescente indiferenciação ideológica e programática entre os principais partidos da esquerda e da direita;
- A orientação/coordenação dos órgãos do Estado e das políticas públicas, contribuindo deste modo para dotar o sistema político de uma maior eficiência. Na prática, os partidos partilham tal actividade com a burocracia, os grupos de interesses, etc., daí resultando uma segmentação da autoridade política, mais acentuada ou menos;

2.2.1. Origem dos Partidos Políticos

Muitas vezes afirma-se que em todas as sociedades políticas organizadas sempre existiram formas partidárias, mais ou menos definidas. Tais afirmações enfermam de

um certo equívoco, pois confundem fracções, grupos de influência, tendências rivais, com partidos políticos propriamente ditos, tal como hoje são entendidos (Fernandes, 2008). Autores como Madison⁷ e Tocqueville⁸ argumentaram que os partidos emergiram onde existiam importantes diferenças de interesses entre a população. Sendo uma condição necessária, a diferença de interesses não é, porém, uma condição suficiente (Lopes, 2002).

Na sua trajectória evolutiva, desde a génese ate à era da globalização, o fenómeno «Partido» é, essencialmente, uma configuração organizativa à qual se associa um conjunto de funções específicas. São essas funções, de contorno associativo, ideológico, filosófico, que lhe conferem uma tipicidade própria (Silveira, 2005). Enquanto fenómenos complexos, os partidos têm sido estudados sob os mais diversos pontos de vista e abordagens. Alguns autores privilegiaram as origens dos partidos, outras as suas ideologias, outros a organização, outros ainda as actividades ou funções, etc., do mesmo modo que certas abordagens revelam um pendor sociológico e outras um pendor institucional (Lopes, 2002).

Para M. Duverger⁹ o desenvolvimento dos partidos aparece ligado ao desenvolvimento da democracia, isto é, à extensão do sufrágio popular e das prerrogativas parlamentares. Ao formarem-se os primeiros parlamentos, logo dentre deles aparecem diversos grupos mais ou menos homogéneos, com tendências ideológicas diferentes e, por vezes, opostas (Duverger cit. in Fernandes 2008).

Segundo a análise de M. Duverger, o nascimento dos partidos radica fundamentalmente na progressiva democratização do sufrágio eleitoral e na subsequente transfiguração dos parlamentos. Duverger sugere que o processo de desenvolvimento dos partidos passou por três fases: a) a promoção dos parlamentos e o nascimento dos grupos parlamentares, b) a formação dos comités eleitorais locais e c) a criação de relações permanentes entre os grupos parlamentares e os comités eleitorais (Duverger cit. in Lopes 2002).

Independentemente das circunstâncias específicas que estiveram na origem de cada partido, não há dúvida de que foi da sequência da incorporação de um número crescente

⁷ Advogado e Político estadunidense, foi o quarto Presidente dos Estados Unidos entre 1809 e 1817.

⁸ Pensador político, historiador e escritor Francês.

⁹ Maurice Duverger é um cientista político e sociólogo francês.

de cidadãos no processo político e, em grande parte, como resposta a esse processo que nasceu o partido político (Lopes, et Freire 2002).

2.2.2. Sistemas Partidários

Quanto aos sistemas partidários, podemos defini-los como conjuntos de partidos, das relações que estabelecem entre si e com o poder, das suas características, dimensões e funções que desempenham num determinado sistema político (Sá, 1999).

Para Pasquino (2010), a existência de um sistema de partidos pressupõe a interacção horizontal, concorrencial, entre um mínimo de dois partidos, bem como a interacção vertical entre vários elementos; eleitores, partidos, parlamentos e governos. Ou seja o carácter e a qualidade dos sistemas de partidos são determinados pela interacção do plano horizontal com o plano vertical.

A classificação tradicional distingue sistemas bipartidários, multipartidários e de partido dominante. Mas tem razão de ser a observação de que é preferível substituir os dois primeiros termos por sistemas bipolares e multipolares, ou por outros conceitos como multipartidarismo bipolar ou multipartidarismo pluripolar que procura ter em conta o número de partidos e o seu peso no funcionamento do Sistema (Sá, 1999).

2.3. Partidos Políticos em Cabo Verde

A democratização e modernização do Estado passam necessariamente pelo desempenho dos partidos políticos, desempenho este que deve estar à altura das enormes exigências da democracia e do desenvolvimento numa sociedade pequena, num país insular pobre (Lima, 1992).

Os partidos políticos cabo-verdianos são concebidos na Lei cabo-verdiana¹⁰ como «associações de cidadãos que, com carácter de permanência e consistência de organização, concorrem, livremente para a expressão da vontade política, de acordo com a Constituição, têm os seus estatutos e programas publicados e visam participar na

¹⁰ Artigo 1º da lei nº 86/III/90, de 6 de Outubro.

representação do povo na Assembleia Nacional ou nas Assembleias e demais órgãos electivos das autarquias locais» (Lima, 2002).

Em Cabo Verde o papel dos partidos políticos está normativamente bem vincado na Constituição, na Lei dos Partidos Políticos, no Código eleitoral, no Regimento da Assembleia Nacional e no Estatuto do Direito de Oposição Democrática, nas leis que regulam os tempos de antena, etc (Lima, 2002).

Partidos Políticos de maior expressão na cena política Cabo-verdiana:

Os partidos políticos de maior expressão na cena política cabo-verdiana são o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV), o Movimento para a Democracia (MPD) e a União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID). A política cabo-verdiana caracteriza-se por uma bipolarização entre MPD e PAICV, que se têm alternando no poder.

Partido Africano para a Independência de Cabo Verde PAICV

O Partido Africano da Independência de Cabo Verde é uma organização política nacional, filiada na família da Social Democracia, aberta a todos os cidadãos cabo-verdianos que militam em prol de uma sociedade livre, democrática, progressista e solidária.¹¹

O PAICV foi oficialmente criado em Setembro de 1956, por Guineenses e Cabo-verdianos, com o propósito de formar um movimento de libertação nacional da Guiné e de Cabo numa altura em que tinha começado a surgir vários movimentos que reivindicava o fim da colonização em África. O surgimento do PAICV está directamente ligado ao golpe de Estado ocorrido na Guiné-Bissau, a 14 de Novembro de 1980, tendo desencadeado uma crise dentro do PAIGC.

Em termos ideológicos o PAICV é um partido fortemente marcado pela corrente marxista¹², e tal influência não decorre por acaso. Ela está ligada ao facto de parte significativa dos seus dirigentes terem estudado em Portugal numa época em que estava em voga as ideias marxistas (Évora, 2004).

¹¹ Artigo 1º dos Estatutos do PAICV aprovados no XII Congresso Praia, 22 a 24 de Janeiro de 2010

¹² Ideologia baseada nos preceitos propostos por Karl Marx

O posicionamento do PAICV no ideário da esquerda democrática veio a ser reforçado durante a liderança de José Maria Neves e nos governos dirigidos por este (Ramos, 2012).

Movimento Para a Democracia

O Movimento para a Democracia (MpD) é um partido político de centro-direita, criado em 14 de Março de 1990.

O MpD é um partido que surgiu no interior do sistema político democrático, durante o processo de transição democrática. Foi fundado por um grupo de quadros Cabo-Verdianos que integravam o partido único (Ramos, 2012).

Com o fim do sistema de partido único, e a instauração de um regime pluralista, o MPD foi o partido vencedor das primeiras eleições, nas quais obteve mais de 2/3 dos deputados da Assembleia Nacional.

União Cabo-verdiana Independente e Democrática

A UCID (União Cabo-Verdiana independente e Democrata) foi fundada a 13 de Maio de 1977 na Holanda no seio da comunidade Cabo-verdiana e, foi formalmente reconhecida, como partido político, após a abertura política de 1990. Foi inscrita no supremo tribunal de justiça a 1 de Junho de 1991, quatro meses após o início do processo de democratização em Cabo Verde não tendo conseguido participar no pleito eleitoral realizado no país (Ramos, 2012).

A UCID assume-se como um partido político de inspiração cristã, que promove e defende uma sociedade justa, equilibrada e harmoniosa, fundamentada numa democracia política, social, económica e cultural sob a égide de um Estado de Direito.

O seu líder, António Monteiro, tem sido eleito para o cargo de deputado, nos últimos sufrágios sendo o único representante do pequeno partido numa Assembleia Nacional, bipolarizada pelo PAICV e MPD.

CAPITULO III: ELEIÇÕES, CORPO ELEITORAL, SISTEMA ELEITORAL CABOVERDIANO, CIRCULO ELEITORAL

3. A Eleição Política nos Regimes Democráticos

A eleição é hoje o processo mais frequentemente utilizado para seleccionar os representantes políticos ou profissionais: parlamentares, conselheiros municipais, juízes de certos tribunais excepcionais, dirigentes dos sindicatos, das associações ou dos partidos políticos (Fernandes, 2008). Cada cidadão vota por si segundo a sua situação e as suas aspirações, mas o seu voto somente tem valor somado aos dos restantes eleitores e enquanto exhibe uma posição do conjunto de eleitores ou de parte considerável destes (Miranda, 1996).

No que concerne aos governantes, segundo Fernandes (2008) a eleição consiste na sua escolha feita através da expressão dos votos de uma pluralidade de pessoas – os eleitores. As eleições são um elemento central dos regimes democráticos modernos. De facto, nas democracias representativas a realização de eleições livres, justas e frequentes é um pilar fundamental do regime político. São as eleições que permitem aos cidadãos o exercício de dois dos seus principais direitos em termos de cidadania política: a livre escolha dos representantes e o sufrágio das políticas públicas (Lopes et Freire 2002). Por uma banda, a eleição não se reduz à escolha dos candidatos mais capazes ou mais aptos. É também a escolha de programas e de partidos em concorrência e, por aí, a escolha da política que o povo pretenda que o país siga (Miranda, 1996).

A realização de eleições num regime democrático requer um clima de liberdade para que os candidatos, apoiantes e simpatizantes de uma candidatura possam desenvolver normalmente as suas actividades de campanha, o que pressupõe o exercício pleno dos seus direitos fundamentais, nomeadamente, o direito de livre expressão de pensamento, o direito de circulação, o direito de reunião e o de manifestação; requer, ainda, um clima de serenidade para que os cidadãos possam ponderar adequadamente as escolhas que se apresentam e expressar livremente a sua vontade (Silva, 2005).

Segundo Fernandes (2008), a eleição, ou escolha, concretiza-se por meio de voto. Através dele, cada indivíduo manifesta a decisão de influir nos destinos da sua comunidade, quer sancionando um facto, que aprovando ou contrariando a designação de alguém para determinada missão. Pois bem, no jogo político democrático – e por

sistema democrático entende-se justamente um sistema cuja legitimidade depende do consenso que se verifica periodicamente através das eleições livres por sufrágio universal (Bobbio, 2000). A eleição democrática distingue-se ainda de quaisquer outros modos de intervenção dos cidadãos na vida pública por uma nota: a periodicidade. Onde quer que se reflita o princípio democrático, a eleição dá-se sempre por períodos mais ou menos curtos, de maneira a garantir a renovação da escolha popular e a própria renovação ou rotação dos titulares de cargos políticos (Miranda, 1996).

Eleger significa escolher. Mas para que seja feita em moldes democráticos e o mais conscientemente possível, é preciso pôr em prática um conjunto de processos, actos jurídicos e materiais, cuja finalidade reside primordialmente na eleição dos governantes pelos governados (Fernandes, 2008).

Segundo Fernandes (2008), as eleições, que têm por finalidade básica escolher os governantes, isto é os membros dos principais órgãos de soberania, constituem um dos traços mais característicos de todos os regimes democráticos liberais. No entanto, a sua importância e função variam segundo diversos factores: uns inerentes ao próprio sistema eleitoral; outros exteriores a este sistema, dos quais se destacam os sistemas de partidos e o sistema político de governo.

A realização de eleições pressupõe, no entanto, a definição das regras referentes às variáveis que constituem o sistema eleitoral. E, como um sistema eleitoral integra um conjunto de elementos, entre si inter-relacionados, que o caracterizam e tipificam, são numerosas as regras a ter em consideração para a efectivação de sufrágios eleitorais (Fernandes, 2008).

Em Cabo Verde, é precisamente no Código Eleitoral que se encontram plasmadas as regras que regulam as eleições dos titulares de cargos políticos.

O objecto do CE é o de regular as eleições de titulares electivos dos órgãos do poder político que são: Presidente da Republica, Deputados, Membros das Assembleias Municipais, Membros das Câmaras Municipais e Presidentes das Câmaras Municipais. Ficam assim fora do âmbito de aplicação do CE os membros do governo, que são nomeados pelo Presidente da Republica (art.º 193 da CRCV) (Silva, 2005).

À Comissão Nacional de Eleições (CNE), órgão independente, compete a disciplina e fiscalização da legalidade dos actos eleitorais, a publicação dos seus resultados e

assegurar a igualdade de tratamento de todos os cidadãos em todas as operações eleitorais.

3.1. Corpo Eleitoral

O corpo eleitoral é formado pelo conjunto de cidadãos a quem a lei outorga o direito e o dever de votar. Foi-se alargando gradualmente graças aos princípios liberais que produziram naturalmente ao sufrágio universal (Fernandes, 2008). Porque cidadãos activos são os cidadãos eleitores, tratar da organização do povo activo o mesmo é que tratar da organização do sufrágio. Povo activo equivale então ao corpo ou colégio eleitoral (Miranda, 1996).

Segundo Fernandes (2008) o conjunto das pessoas que preenchem os requisitos legais da capacidade eleitoral forma o corpo eleitoral ou colégio eleitoral. O corpo eleitoral varia de país para país e até de eleição de um órgão para o outro dentro do mesmo país, e tem aumentado muito ao longo do tempo, à medida que o sufrágio restrito (censitário e capacitário) foi dando lugar ao sufrágio universal. Existem sufrágio directo e indirecto, sufrágio individual e orgânico ou corporativo, voto único e plural (bem como voto múltiplo). Mas a democratização tem levado ao triunfo, por toda a parte, do sufrágio directo, universal e único (one man one vote) ¹³(Miranda, 1996).

Segundo Silva (2005) o sufrágio universal (contrapõe-se ao sufrágio restrito) significa que em princípio todo o cidadão pode eleger e ser eleito. Quer isto dizer, designadamente, que não se olha ao facto de se ser homem ou mulher, branco ou preto, católico ou protestante, rico ou pobre. Apesar desta regra existem restrições que em regra têm a ver com a idade ou a incapacidade.

Hoje o sufrágio universal funciona quase por toda a parte. Mas não foi instituído sem dificuldades. Com efeito, na maior parte dos países, o sufrágio não foi estabelecido directamente: foi precedido de uma fase transitória, em muitos casos bastante longa (Fernandes, 2008).

¹³Um homem, um voto é um slogan usado em muitas partes do mundo a partir do triunfo, por toda a parte, do sufrágio universal.

Não é indiscutível indicar um país pioneiro na consagração do sufrágio universal, mas a França costuma ser apontada como o primeiro a reconhecer o sufrágio universal em 1848, se considerarmos apenas o sufrágio universal dos homens, já que em Wyoming nos EUA, no ano de 1869, o direito de voto foi concedido às mulheres, pela primeira vez na história, e a França só veio a estender o direito de voto às mulheres, depois da Segunda Guerra Mundial, mais precisamente em 1946 (Silva, 2005).

Para Fernandes (2008), a primeira fórmula utilizada para retardar a expansão do sufrágio universal consubstanciou-se na atribuição do direito de voto, em função das condições de fortuna. Estabeleceu-se assim o voto censitário, que só atribuía o direito de voto aos que tivessem determinados meios de fortuna.

Depois instaurou-se o sufrágio capacitário, atribuía-se o direito de voto àqueles que desfrutassem de um mínimo de instrução, que lhes permitissem pelo menos ler a constituição (Fernandes, 2008).

As mulheres, por seu turno, tardaram em conquistar o direito de voto. Embora hoje, praticamente não existem restrições sexuais ao direito de voto, visto ter sido quase banida do pensamento contemporâneo a concepção inegalitária do papel dos dois sexos (Fernandes, 2008).

Segundo Silva (2005), em Cabo Verde, o sufrágio tornou-se universal em 1975, com a aprovação e entrada em vigor da lei sobre a eleição dos Deputados à Assembleia Constituinte.

Uma das limitações ao direito de sufrágio é a idade. Normalmente, a maior idade política coincide com a maior idade civil (Fernandes, 2008).

Com a descida para os 18 anos da maior idade eleitoral amplia-se significativamente o corpo eleitoral, pois passa a ser constituído por todos os cidadãos de ambos os sexos maiores de 18 anos, que não se encontra privados do direito de votos, em virtude de uma sanção específica (em razão de crimes ou delitos cometidos), ou em virtude de uma qualificação de demência, isto é, que não sejam adjectivados de indignidade eleitoral (Fernandes, 2008).

Segundo Silva (2005) em regra, as ordens jurídicas modernas consagram a maioria eleitoral aos dezoito anos, num fenómeno que visa alargar a participação dos cidadãos nas escolhas eleitorais [...].

O poder de Sufrágio reside sempre no cidadão com capacidade eleitoral, seja qual for o tipo de eleições: eleições políticas para escolha do Presidente da República, dos membros do parlamento, ou simplesmente dos conselheiros municipais; eleições sindicais, sociais, universitárias ou estudantis (Fernandes, 2008).

Segundo Fernandes (2008), as eleições políticas podem ser de âmbito nacional, regional ou local. São eleições de âmbito nacional as que destinam a escolher os órgãos de soberania (Presidente da República e membros do Parlamento). São eleições de âmbito regional ou local as que tem por objectivo a escolha dos membros da assembleia e dos executivos regionais e locais.

3.2. Noção de Sistema Eleitoral

De acordo com Miranda, (1996) em sentido amplo, um sistema eleitoral é o conjunto de regras, procedimentos e de práticas, com a sua coerência e a sua lógica interna, a que está sujeita em qualquer país e que, portanto, condiciona (juntamente com elementos de ordem cultural, económica e política) o exercício do sufrágio. Ou seja em sentido amplo, o sistema eleitoral diz respeito a todos os normativos que regulam os processos eleitorais: a marcação das eleições, o processo de apresentação dos candidatos, as regras que regulam as campanhas eleitorais e a divulgação de sondagens eleitorais durante as mesmas, as normas que definem a capacidade eleitoral activa (direito de voto) e passiva (direito de ser eleito); as leis que definem o carácter obrigatório ou facultativo do voto; todas as normas que regulam a transformação de votos em mandatos, etc. (Farrell cit. in Freire 2002).

Em sentido restrito, é a forma de expressão da vontade eleitoral, o modo como a vontade dos eleitores de escolher este ou aquele candidato, esta ou aquela lista, se traduz num resultado global final, o modo como a vontade (psicológica) de cada eleitor ou do conjunto dos eleitores é interpretada ou transformada na vontade eleitoral (vontade jurídica que se traduz, nomeadamente, na distribuição dos mandatos ou lugares no parlamento) (Miranda, 1996). Já segundo Freire (2002) em sentido restrito, o sistema

eleitoral diz respeito ao conjunto de normas que regulam a transformação de votos em mandatos nos processos de eleição de representantes para cargos políticos.

No primeiro sentido, o sistema eleitoral depende de múltiplas variáveis: requisito de capacidade eleitoral activa e passiva, sufrágio directo e indirecto, recenseamento, processo de votação, apuramento e contencioso, carácter da eleição dentro do sistema de governo (Miranda, 1996).

No segundo sentido, abrange em especial, a estrutura do colégio eleitoral, o regime de candidatura e o critério da eleição; e para além do elemento técnico jurídico ou organizatório, implica necessariamente uma opção em matéria de representação política (Miranda, 1996).

Conforme Freire (2002) o sistema eleitoral é pois uma dimensão institucional fundamental para o funcionamento do sistema político, nomeadamente através do seu impacte no formato e dinâmica do sistema partidário.

Um sistema eleitoral compreende um conjunto de elementos inerentes às eleições políticas de cada país. Com efeito o modo como está estruturado o corpo eleitoral, as espécies e formas de sufrágio legalmente previstas, o contencioso eleitoral, o processo de escrutínio são elementos integrantes do sistema eleitoral (Fernandes, 2008).

Mas o que tipifica um sistema eleitoral é, sem dúvida, o processo de escrutínio adoptado. Daí a existência de três tipos distintos de sistemas eleitorais: sistemas eleitorais de escrutínio maioritário, sistemas eleitorais de representação proporcional e sistemas eleitorais de escrutínio misto (Fernandes, 2008). Existe apenas dois tipos ideais de sistemas eleitorais: os sistemas de representação proporcional e os sistemas de representação por maioria. Também reconhece que dentro dos dois tipos de representação, a possibilidade de depararmos também com a categoria dos chamados «sistemas mistos», que se utilizam como uma fórmula residual, e cujo significado varia consideravelmente de autor para autor (Nohlen, 2007).

3.3. Sistema Eleitoral Cabo-verdiano

O regime eleitoral cabo-verdiano encontra-se representado juridicamente aprovado na Constituição da República e no Código Eleitoral Cabo-verdiano, nos termos dos quais a

legitimação dos órgãos de Poder Político (e de Soberania) e do Poder Local é feita por sufrágio geral, directo e secreto ou, no caso do Governo e dos Tribunais, através de outros mecanismos de designação (Varela, 2011).

O sistema eleitoral do Presidente da República é o sistema uninominal maioritário de duas voltas, o mais usado na eleição de um presidente da República por sufrágio universal e directo (Silva, 2005).

Quanto ao regime de eleição, considera-se Presidente da República o candidato que obtiver a maioria dos votos validamente expressos, não se contando os votos em branco (art.º 113 da CRCV).

Se um candidato obtiver a maioria absoluta dos votos nos termos do art.º 113, procede-se a segundo sufrágio, ao qual só podem concorrer os dois candidatos mais votados no primeiro escrutínio (art.º 114 n.º 1 da CRCV).

Quanto a eleição dos deputados à Assembleia Nacional, a conversão de votos em mandatos faz-se de acordo com o método de representação proporcional de Hondt (art.º 405 CE Cabo-verdiano). O método de Hondt consagrado neste preceito conforme Silva (2005), foi uma opção do legislador ordinário, introduzido no nosso país pela lei eleitoral de 1990, ao institucionalizar a apresentação de listas de candidatos por vários partidos políticos. A Constituição não impôs o método de Hondt, estabelecendo apenas no n.º 1 do Art.º 104 que a conversão de votos em mandatos em cada colégio eleitoral plurinominal far-se-á de acordo com o princípio da representação proporcional (Silva, 2005).

Segundo o mesmo autor, a constituição afastou, pois, o sistema maioritário, consagrando o proporcional, mas deixou liberdade ao legislador para fazer opção de entre os vários sistemas proporcionais existentes o que fosse mais consensual. E o legislador adoptou o método de Hondt.

Quanto à eleição dos titulares dos órgãos municipais, a conversão de votos em mandatos para o órgão deliberativo municipal faz-se em obediência ao método de representação proporcional correspondente à média mais alta de Hondt, nos termos aplicáveis à eleição dos deputados do art.º 422 do CE.

O presente preceito estabelece para a Assembleia Municipal o método proporcional segundo a média mais alta de Hondt. Para a Câmara municipal estabelece o sistema maioritário de uma só volta, se uma lista obtiver a maioria absoluta dos sufrágios; não havendo maioria absoluta, a conversão dos votos em mandatos faz-se de acordo com o método de Hondt (Silva, 2005).

Para Silva (2005) a Constituição é minuciosa em relação à realização de eleições dos titulares dos órgãos do poder político, sendo muito generosa no estabelecimento de regras relativas às eleições presidenciais e legislativas; apesar de parca em normas aplicáveis às eleições municipais, excepção constitui o critério de eleição dos titulares dos órgãos dos municípios.

O sistema eleitoral cabo-verdiano é teoricamente um sistema proporcional, com dezassete pequenos círculos eleitorais, a maioria dos quais elege apenas dois deputados, e dois círculos grandes. Deste facto decorrem distorções na proporcionalidade, barreiras naturais e factores psicológicos que não devem ser desprezados e que, marginalizando as pequenas formações partidárias, dificultam o baralhar de cartas entre os partidos políticos. A isso se acresce que pelo escrutínio de listas bloqueadas entre nós se escolhem partidos e não pessoas (Lima, 2004).

3.4. Círculos Eleitorais

Os círculos eleitorais constituem um dos elementos mais importantes de qualquer sistema eleitoral, colocando problemas técnicos vários, designadamente respeitantes ao antídoto contra a sua manipulação, ao respeito pela igualdade de voto e à proporcionalidade do sistema eleitoral (Silva, 2005). É precisamente ao nível dos círculos eleitorais que são apresentadas as candidaturas para competir pelos votos dos eleitores (Freire, 2002). Por outro lado, o processo de contagem e transformação de votos em mandatos processa-se também ao nível dos círculos eleitorais e, por isso de acordo com Freire (2002) os círculos eleitorais são um elemento chave dos sistemas eleitorais.

Para André Freire, o círculo eleitoral também conhecido por distrito, ou circunscrição eleitoral, trata-se geralmente de áreas geográficas nas quais se dividem os países para efeitos de administração eleitoral e, nomeadamente, como unidades geográfico-

administrativas onde se aplicam as fórmulas eleitorais e se processa a transformação de votos em mandatos (Freire, 2002).

O território de cada país é dividido em círculos, circunscrições ou distritos eleitorais, que são fundamentais não só no ato de candidatura como também no processamento de contagem de votos e respectiva transformação em mandatos a distribuir pelos diferentes partidos (Freire, 2002).

Nos termos do art.º 102 da Constituição da Republica de Cabo Verde, referente a Círculos eleitorais:

Para efeitos de eleição do presidente da república, o território nacional constitui um só círculo eleitoral, a que corresponde um único colégio eleitoral;

Para efeitos de eleição dos Deputados à Assembleia Nacional, o território nacional divide-se em círculos eleitorais, a definir por lei, correspondendo a cada um deles um colégio eleitoral;

Fora do território nacional, os círculos eleitorais são definidos por lei, mas terão sempre a sua sede na cidade da Praia.

A organização do colégio eleitoral para efeitos da eleição do Presidente da Republica, o território da Republica de Cabo Verde constitui o círculo eleitoral nacional, e o conjunto dos países nos quais residem eleitores cabo-verdianos constitui o círculo eleitoral do estrangeiro (art.º 361 n.º 1 e 2 do CE Cabo-verdiano).

O preceito em anotação rompe com o princípio clássico de que o círculo eleitoral na eleição do Presidente da República é o território nacional no seu conjunto. Esta ruptura é a consequência natural de dois princípios imperativos assumidos pelo legislador: primeiro, o de que os cabo-verdianos residentes no estrangeiro participam nas eleições do Presidente da Republica; segundo, o de que os cidadãos cabo-verdianos residentes no estrangeiro podem não ter igual peso no resultado das eleições presidenciais. (Silva, 2005)

De acordo com Silva (2005) há, pois, dois círculos eleitorais na eleição do Presidente da Republica: círculo nacional e círculo do estrangeiro e, a cada círculo eleitoral, corresponde um colégio eleitoral.

Para efeito das eleições dos deputados à Assembleia Nacional, o território nacional divide-se em círculos eleitorais. Os círculos nacionais correspondem aos concelhos, designados pelos respectivos nomes. Os eleitores residentes fora do território nacional são agrupados em três círculos eleitorais, todos com sede na cidade da Praia, abrangendo um os países africanos, outro os americanos e o terceiro os europeus e o resto do mundo (art.º 395 n.º 1, 2 e 3 do CE Cabo-verdiano).

Para efeitos de eleições dos titulares dos órgãos municipais, o círculo eleitoral corresponde ao território do município respectivo (art.º 417 n.º 1 do CE Cabo-verdiano).

A coincidência entre círculo eleitoral e território municipal é mais segura do ponto de vista de seriedade do acto eleitoral, por afastar qualquer tentativa de manipulação do círculo eleitoral a favor desta ou daquela candidatura (Silva, 2005).

Em Cabo Verde, segundo Silva (2005) a introdução de círculos eleitorais abrangendo os eleitores residentes no estrangeiro teve lugar em 1990, com a publicação da lei eleitoral que institucionalizou a apresentação de candidaturas de partidos políticos, dando assim execução à revisão da Constituição de 1980, ocorrida nesse ano.

Segundo o mesmo autor, a Constituição de 1992 constitucionalizou a existência destes círculos eleitorais no n.º 2 do art.º 140, ao estatuir que «ao conjunto dos círculos eleitorais fora do território nacional corresponderão seis deputados distribuídos entre eles, nos termos da lei». O n.º 3 do preceito em anotação, veio especificar que são três os círculos eleitorais no estrangeiro, abrangendo uns os países africanos, outro os americanos e o terceiro os europeus e o resto do mundo.

3.5. 2016 – O Ano de Todas as Eleições em Cabo Verde

Em 2016, Cabo Verde será palco de três eleições. Desde Janeiro 1991, ano em que se realizaram as primeiras eleições pluripartidárias em Cabo Verde, o país, realiza em actos distintos, eleições em três níveis de poder Legislativas, Presidenciais e Municipais.

As primeiras eleições para Presidente da República foram realizadas em 1991. Desde então eleições presidenciais foram realizadas em intervalos regulares de 5 anos, sendo em 1996, 2001, 2006 e 2011. As primeiras eleições Legislativas foram realizadas em

1991. Desde então eleições foram realizadas em intervalos regulares de 5 anos, sendo em 1996, 2001, 2006 e 2011. Quanto às primeiras eleições autárquicas, estas foram realizadas em 1991 e, desde então eleições para os titulares dos órgãos municipais foram realizadas em intervalos regulares, sendo em 1996, 2000, 2004, 2008 e 2012.

Eleições Presidenciais

O Presidente da Republica é o garante da unidade da Nação e do Estado, da integridade do território, da independência nacional e vigia e garante o cumprimento da Constituição e dos tratados internacionais (art.º 125 da CRCV nº 1).

O Presidente da República representa interna e externamente a Republica de Cabo Verde e, por inerência das suas funções, é o Comandante Supremo das Forças Armadas (art.º 125 nº 2).

O Presidente da República é eleito por um período de cinco anos, que se inicia com a tomada de posse e termina com a posse do Presidente eleito (art.º 126 da CRCV).

Quanto à forma de eleição o Presidente da Republica é eleito por sufrágio universal, directo e secreto, pelos cidadãos eleitores recenseados no território nacional e no estrangeiro nos termos da lei (art.º 109 da CRCV).

Quanto ao regime de eleição, considera-se Presidente da Republica o candidato que obtiver a maioria dos votos validamente expressos, não se contando os votos em branco (art.º 113 da CRCV).

Se um candidato obtiver a maioria absoluta dos votos nos termos do art.º 113, procede-se a segundo sufrágio, ao qual só podem concorrer os dois candidatos mais votados no primeiro escrutínio (art.º 114 nº 1 da CRCV).

Eleições Legislativas

A Assembleia Nacional é a assembleia que representa todos os cidadãos nacionais. Quanto a composição da Assembleia Nacional o art.º 141 da CRCV define o seguinte:

1. A Assembleia Nacional tem um mínimo de sessenta e seis e um máximo de setenta e dois Deputados, eleitos nos termos da Constituição e da lei.
2. Ao conjunto dos círculos eleitorais fora do território nacional corresponderão seis Deputados distribuídos entre eles, nos termos da lei.

Quanto a forma de eleição dos deputados à Assembleia Nacional, o art.º 115 da CRCV indica o seguinte:

1. Os deputados são eleitos por listas em cada colégio eleitoral.
2. O número de candidatos efectivos em cada lista proposta à eleição deverá ser igual ao número dos mandatos atribuídos ao respectivo colégio eleitoral.
3. O número de candidatos suplentes deverá ser, no máximo, igual ao número dos mandatos atribuídos ao respectivo colégio eleitoral não podendo nunca ser inferior a três.
4. O número de Deputados por cada colégio eleitoral é proporcionável ao número de inscritos, não podendo, porém, ser inferior a um mínimo estabelecido por lei e sem prejuízo do disposto no n.º 2 do art.º 141 da CRCV.

Eleições Autárquicas

Quanto as Autarquias locais, o art.º 230 da CRCV indica o seguinte:

1. A organização do Estado compreende a existência de autarquias locais.
2. As autarquias locais são pessoas colectivas públicas territoriais dotadas de órgãos representativos das respectivas populações, que prosseguem os interesses próprios destas.
3. A criação e extinção das autarquias locais, bem como a alteração dos respectivos territórios são feitas por lei, com prévia consulta dos órgãos das autarquias abrangidas.
4. A lei estabelece a divisão administrativa do território.

Quanto a Categorias das autarquias locais o art.º 231º da CRCV indica que são municípios, podendo a lei estabelecer outras categorias autárquicas de grau superior ou inferior ao município.

Segundo o art.º 234 da Constituição da Republica de Cabo Verde:

1. A organização das autarquias locais compreende uma assembleia eleita, com poderes deliberativos e um órgão colegial executivo responsável perante aquela.
2. A assembleia é eleita pelos cidadãos eleitores residentes na circunscrição territorial da autarquia, segundo o sistema de representação proporcional.

É o Chefe de Estado que detém a competência para convocar as eleições gerais e presidenciais, uma vez consultadas as forças políticas nacionais. Para efeitos da realização das eleições autárquicas, cabe ao governo marcar a sua respectiva data, ouvindo todos os Partidos Políticos. Embora o voto não seja obrigatório, é considerado pelo Código Eleitoral Cabo-verdiano um dever cívico.

3.6. Custos das Eleições de 2016

É extemporâneo falar da realização das três eleições no mesmo dia, porque não houve entendimento dos dois maiores partidos, PAICV e MPD, no parlamento. Porém a ideia de realização das três eleições de 2016 num mesmo dia merece alguma análise uma vez que esse fenómeno acontecerá novamente.

O Estado de Cabo Verde vai desembolsar mais de um milhão e meio de contos para financiar as eleições legislativas, presidenciais e autárquicas de 2016. Esta projecção foi feita pelo jornal “A Semana” (edição nº 1159, 2014), tendo como referência o crescimento da população eleitoral (em 2011 muitos dos que vão estar aptos a votar em 2016 ainda eram crianças) e o montante gasto no último ciclo eleitoral quando, de acordo com a Direcção-Geral de Apoio ao Processo Eleitoral (DGAPE), a logística custou 576 mil contos, valor a que se somam os 708 mil contos de subvenções que a Comissão Nacional das Eleições (CNE) pagou aos partidos políticos – PAICV, MPD, UCID, PTS e PSD – e candidatos a Presidente da República.

Corsino Tolentino¹⁴ defende que o país não pode continuar a olhar para estes números apenas como custos da democracia. Cabo Verde precisa examinar se este sistema democrático é eficiente e pode ser aperfeiçoado, considera o analista político.

¹⁴ Doutor pela Universidade de Lisboa, investigador e professor – Em análise de estudo feito pelo jornal “A Semana” edição nº 1159, 2014

A democracia está a custar muito caro á Cabo Verde, um país insular que depende do exterior para financiar a sua educação, saúde, segurança social, e cujos sucessivos Orçamentos do Estado mostram que diminuíram significativamente os donativos e ajudas públicas ao desenvolvimento.

Segundo a Directora-Geral de Apoio ao Processo Eleitoral (DGAPE), só a logística das últimas eleições gerais realizadas em Cabo Verde consumiu 576 mil contos: 135 mil contos nas autárquicas, 181 mil contos nas legislativas e 260 mil contos nas duas voltas das presidenciais.

A Comissão Nacional das Eleições gastou um montante geral de 189 mil contos em subvenções aos partidos e grupos que concorreram as eleições autárquicas, conforme o mapa de apuramento dos resultados publicado após a aprovação das contas. O PAICV recebeu 79 289 contos, o MPD 89 769 contos, a UCID 8307 contos e o PTS 761 contos.

Foram ainda pagas subvenções aos cinco grupos independentes que concorreram às câmaras municipais.

Nas legislativas o Estado desembolsou 266 mil contos, que foram distribuídos pelos cinco partidos políticos que participaram neste processo eleitoral. O PAICV recebeu 88 475 contos, o MPD 71 005 contos, a UCID 7381 contos. O PTS arrecadou 780 contos e o PSD 321 contos.

Ainda foram pagos 253 mil contos aos três candidatos que disputaram as eleições presidenciais. Manuel Inocêncio Souza conseguiu 134 991 votos nas duas voltas que se traduziram no pagamento de 101 243 contos; Aristides Lima que disputou uma única volta obteve no total de 44 648 votos e auferiu 33 486 contos, enquanto que Jorge Carlos Fonseca conseguiu 158 622 votos e embolsou 118 966 contos.

Para o analista político Corsino Tolentino, Cabo Verde não pode continuar a olhar de forma indiferente para estes números que apresentam mais de 3% do Orçamento do Estado para 2015. O país precisa analisar se, como está estruturada esta democracia é eficiente. Ou seja, o país terá de comparar os benefícios e as desvantagens do actual sistema e decidir se pode ou não melhorá-lo.

Tolentino admite, no entanto, que é preciso vontade política para discutir o tema, sem impor condições.

Enquanto que o MPD defende que em democracia não se mede os custos, não mostrando disponível para este debate, o PAICV entende que esta é uma questão ainda em aberto e que precisa ser resolvida, uma vez que a questão dos custos é pertinente e implica reformas importantes, designadamente a nível da Constituição e da lei eleitoral. Uma das hipóteses aventadas pelo MPD sobre a realização das eleições no mesmo dia é o risco de os resultados de umas eleições contaminarem os dos outros pleitos.

CAPÍTULO IV: ANÁLISE DOS DADOS

Uma vez explicado e expostos os instrumentos e a metodologia utilizada para a realização deste estudo, neste capítulo passaremos a apresentação, interpretação e análise dos dados obtidos.

4.1 Análise do Conteúdo das Entrevistas

Conforme o objectivo do trabalho foram realizadas entrevistas a dois politólogos seniores de Cabo Verde, Dr. Joaquim Gomes e Doutor Onésimo Silveira, cuja finalidade é a obtenção de uma análise do ambiente político e social que antecede as eleições de 2016.

Perguntas:

P1. Acha que a democracia em Cabo Verde tem dado sinais de evolução após as primeiras eleições livres e pluralistas de Janeiro de 1991?

R1: Sim, a democracia em Cabo Verde tem evoluído consideravelmente, tendo em consideração que ela constitui um processo contínuo.

R2: Claro. Se não tivesse evoluído não estávamos a 15 anos de eleições. Cabo Verde tem-se adaptado bem aos desafios da democracia. O nosso parlamento apesar das fraquezas dos deputados têm-se aguentado, as nossas câmaras tem conseguido eleger os presidentes sem convulsões, e tem-se seguido uma política no país com estabilidade.

P2. Pela primeira vez em Cabo Verde, no mesmo ano civil serão realizadas as três eleições políticas constitucionalmente consagradas. Pensa que o eleitorado Cabo-verdiano está preparado politicamente para diferenciar essas três eleições e ter uma participação cívica com uma certa maturidade?

R1: Acho que o eleitorado cabo-verdiano está preparado, tendo em conta que o processo eleitoral em Cabo Verde já tem um bom tempo de maturação, ou seja, as pessoas já estão habituadas às urnas.

R2: Penso que sim. As eleições que geralmente têm menor taxa de abstenção são as legislativas, uma vez que trata-se de eleger os representantes do povo para a casa

parlamentar, daí o povo tem demonstrado mais interesse. Quanto às presidências já é notório que vencerá o Jorge Carlos Fonseca dado que a cultura democrática dos Cabo-verdianos tem demonstrado a reeleição dos presidentes para um segundo mandato. Não são eleições partidárias, é a pessoa em si que marca. Quanto as autarquias vão depender do perfil do candidato e o apoio partidário que tiver o poder.

P3. Os partidos políticos em Cabo Verde, estão preparados para satisfazer às exigências e os desafios de um ciclo de três eleições sucessivas no espaço de um ano?

R1: Normalmente os partidos políticos preparam-se para a competição, neste caso cada um vai preparar da melhor forma possível para o melhor resultado.

R2: Penso que sim. Vai ser uma festa de eleições, vai ser uma festa pagada.

P4. O ambiente político que antecede as eleições legislativas de 2016, indica a continuidade do PAICV no Governo ou uma mudança do poder a favor do maior partido da oposição?

R1: Vai depender da governação do PAICV, a satisfação das necessidades da população, tendo em conta o desgaste de 15 anos de governação.

R2: Isso vai depender de três grandes factores. O primeiro é a análise dos resultados do PAICV no governo, o segundo é a percepção ou não de que a Dra. Janira Hopfer Almada será capaz de continuar a obra do PAICV ao nível em que vai deixar o governo, o Dr. José Maria Neves, e o terceiro que vai depender da prestação do Ulisses Correia na câmara municipal da Praia, se tem sido um bom presidente autárquico e se será isso suficiente para que o povo de Cabo Verde o considere 1º Ministro. Tudo isto vai depender, não se pode falar de continuidade.

P5. Relativamente a actuação do nosso Presidente da Republica, no exercício do seu poder, como considere o seu desempenho como árbitro do Sistema Político?

R1: O presidente tem tido uma actuação equilibrada, tendo em conta o relacionamento com o Governo, apesar e rumores de alguns conflitos em determinadas matérias, é preciso compreendermos que nem sempre estamos de acordo.

R2: Até este momento o Dr. Jorge Carlos Fonseca tem sido um Presidente exemplar, e tem desempenhado as suas funções com muita competência. Têm sabido nas suas relações com o governo usar da ferramenta jurídica que é domínio de sua formação para situar as relações entre a presidência e governo dentro dos parâmetros traçados pela Constituição. Podemos dizer que Jorge Carlos Fonseca é na realidade um Presidente Constitucionalista na medida em que aplica a Constituição e é amigo da Constituição. Como já disse até agora os presidentes tem sido todos reeleitos, portanto é de se esperar que seja reeleito. Pois é um bom árbitro do Sistema Político.

P6. Tendo em consideração que o estudo de caso tem como universo a ilha de São Vicente, como considere o ambiente político e o cenário das próximas eleições autárquicas na mesma?

R1: São Vicente é uma ilha com as suas características próprias, no entanto, tendo em conta um governo de coligação entre a UCID e o MPD e a falta de entendimento entre os mesmos em determinadas matérias, pode ser um momento que beneficie o PAICV, no entanto, o melhor candidato joga um papel preponderante em qualquer eleição.

R2: Apesar das crises que marcam a actividade política em São Vicente, o actual presidente da câmara municipal tem sido capaz de apresentar obras, o que é considerado como uma vantagem quando se trata do governo do poder local. É verdade que o desemprego tem estado a crescer e que temos de ter em consideração a influência que poderá ter nas eleições autárquicas e nas outras eleições em Cabo Verde. Tudo isso vai depender do clima de estabilidade ou de instabilidade.

P7. Na presente conjuntura, julga que Cabo Verde, possui um ambiente político e social favorável à realização de três eleições consecutivas?

R1: É uma imposição constitucional, na minha opinião, numa situação de tensão, uma eleição constitui um alívio à população e uma legitimação as instituições políticas.

R2: Penso que o clima não é tão favorável como os primeiros anos em que começamos a realizar as primeiras eleições livres em Cabo Verde. Vai depender das pessoas e do interesse que elas põem na realização dessas três eleições. Se as fraquezas eleitorais forem postas na balança eleitoral isso poderá pesar negativamente.

P8. É extemporâneo a pergunta mas, agradecemos a vossa opinião relativamente ao facto de os partidos políticos cabo-verdianos não terem aceite a realização das três eleições no mesmo dia?

R1: Acho que, os partidos da oposição calcularam uma desvantagem em relação aos possíveis resultados eleitorais, se acontecessem as três eleições no mesmo dia, no entanto, acredito que o povo está preparado para definir as suas opções mesmo numa situação de três eleições no mesmo dia.

R2: É uma questão de cultura democrática, pois ainda temos que praticar mais o sistema das eleições, dar algum tempo para termos uma máquina eleitoral com algum automatismo, isso será possível um dia e será desejável poder de facto realizar estas três eleições no mesmo dia. Vai depender do nível de educação política do nosso povo.

P9. Não seria mais benéfico e menos dispendioso para o país se as três eleições realizassem no mesmo dia?

R1: Claro que o país ganharia em termos de custo e tempo, tendo em conta, os poucos recursos de que o país dispõe.

R2: Existem vantagens, e as que sobrepõe são as económicas e isto poderia constituir um teste de maturidade do povo Cabo-verdiano.

4.2 Análise e Interpretação dos Dados Obtidos através do Questionário

Na realização deste estudo, foram inquiridos 118 indivíduos recenseados, uma vez que, o universo escolhido para tal foi o número de eleitores inscritos nas últimas eleições legislativas.

Gráfico 1

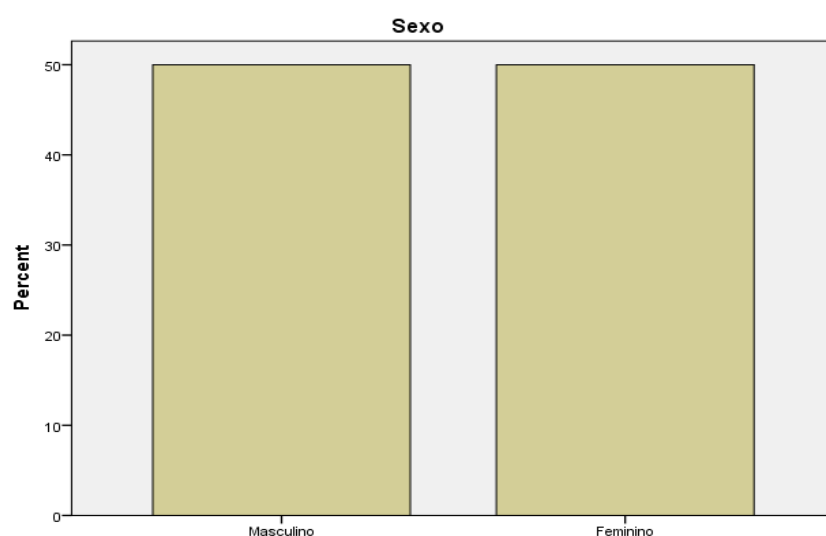
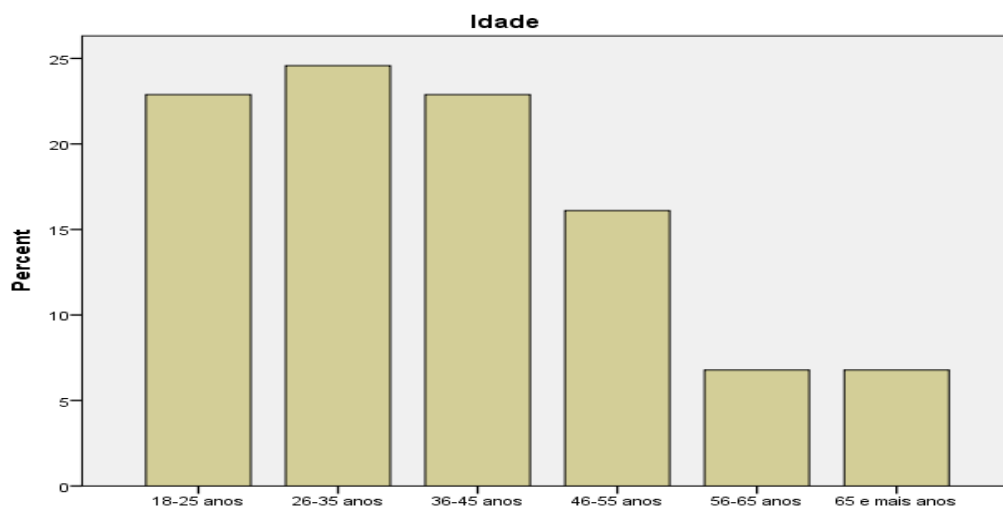


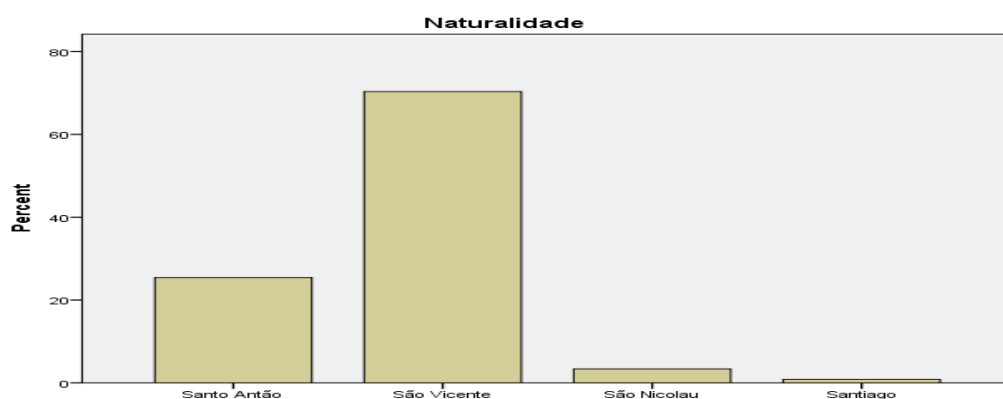
Tabela 1 no anexo

Dos 118 indivíduos inquiridos 59 pertencem ao sexo masculino que corresponde a 50% e 59 pertence ao sexo feminino que corresponde a 50% da amostra.

Gráfico 2

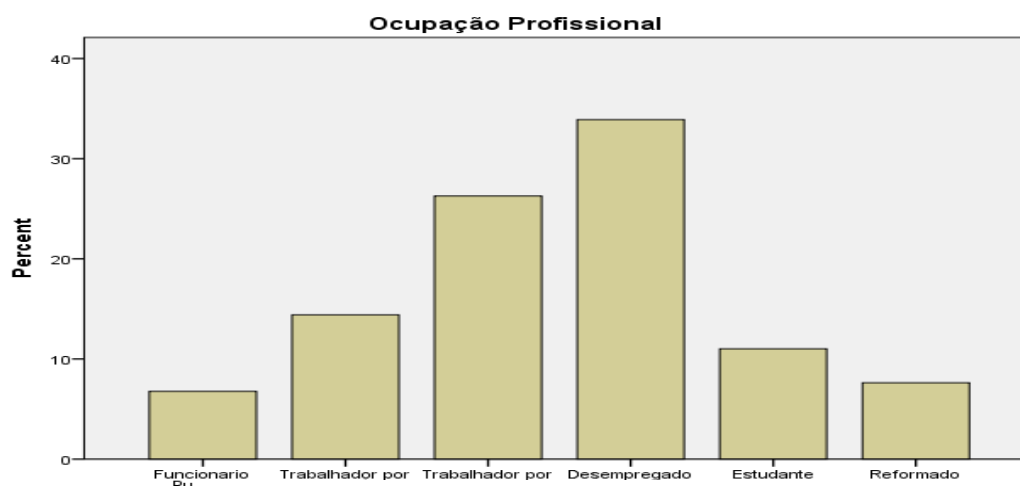
Fonte Tabela 2 no anexo

O gráfico seguinte ilustra que dos 118 indivíduos inquiridos 27 com o peso de 22,9 % pertencem a faixa etária dos 18 aos 25 anos, 29 com o peso de 29,6% pertencem a faixa etária dos 26 aos 35 anos, 27 com o peso de 22,9% pertencem a faixa etária dos 36 aos 45 anos, 19 com o peso de 16,1% pertencem a faixa etária dos 46 aos 55 anos, 8 com o peso de 6,8% pertencem a faixa etária dos 56 aos 65 anos, 8 com o peso de 6,8% pertencem a faixa etária dos 66 e mais anos.

Gráfico 3

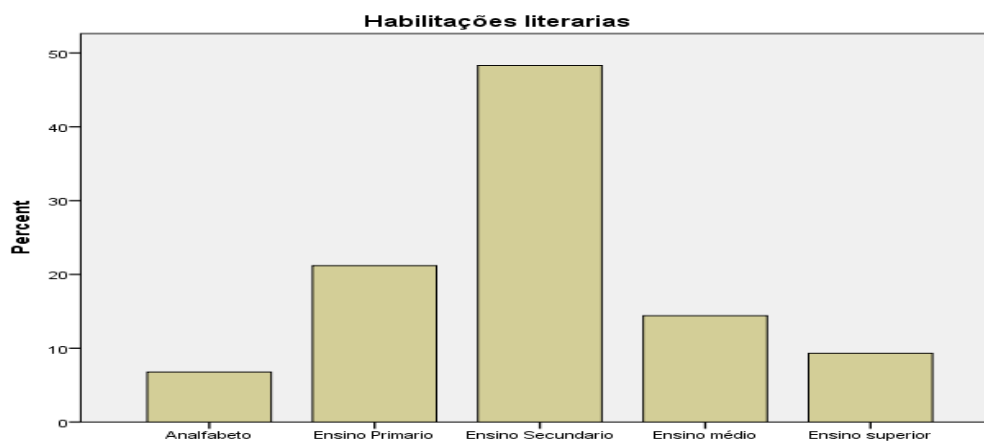
Fonte Tabela 3 no anexo

Dos 118 indivíduos inquiridos, 30 com o peso de 25,4% são naturais de Santo Antão, 83 com o peso de 70,3% são naturais de São Vicente, 4 com o peso de 3,4% são naturais de São Nicolau, e 1 com o peso de 0,8% é natural de Santiago.

Gráfico 4

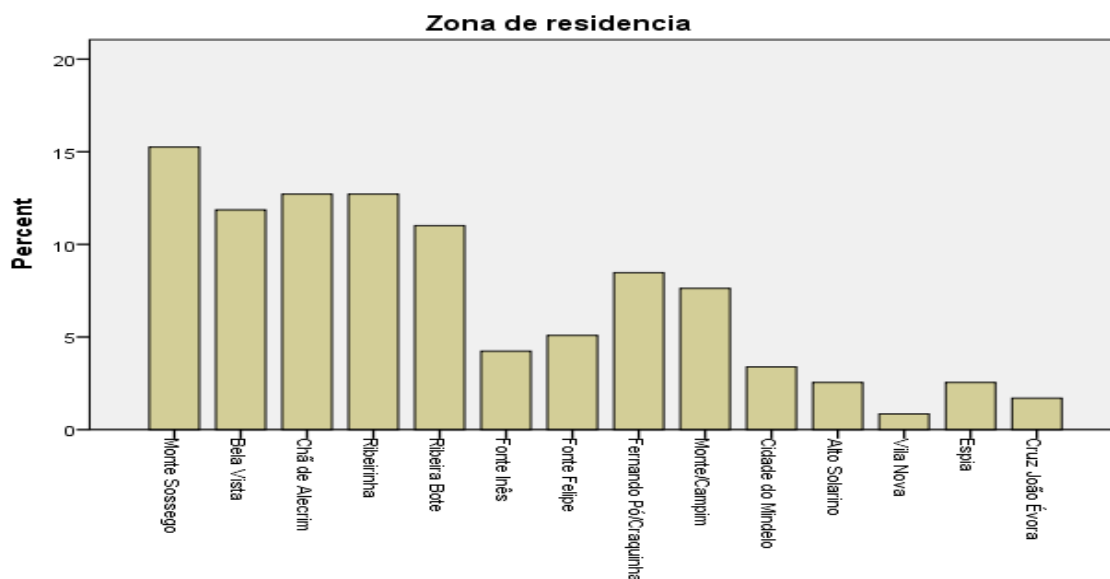
Fonte Tabela 4 no anexo

No universo de 118 indivíduos inquiridos, 8 com o peso de 6,8% são funcionários Público, 77 com o peso de 14,4% trabalham por conta própria, 31 com o peso de 26,3% trabalham por conta de outrem, 40 com o peso de 33,9% são desempregados, 13 com o peso de 11% são estudantes e 9 com o peso de 7,6% são reformados.

Gráfico 5

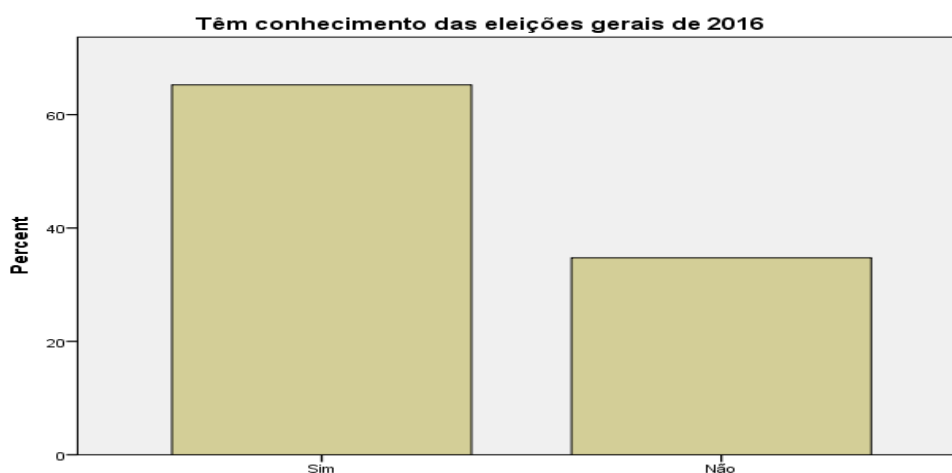
Fonte Tabela 5 no anexo

Dos 118 indivíduos inquiridos, 8 com o peso de 6,8% são analfabetos, 25 com o peso de 21,2% possuem o ensino primário, 57 com o peso de 48,3% possuem o ensino secundário, 17 com o peso de 14,4% possuem o ensino médio, 11 com o peso de 9,3% possuem o ensino superior.

Gráfico 6

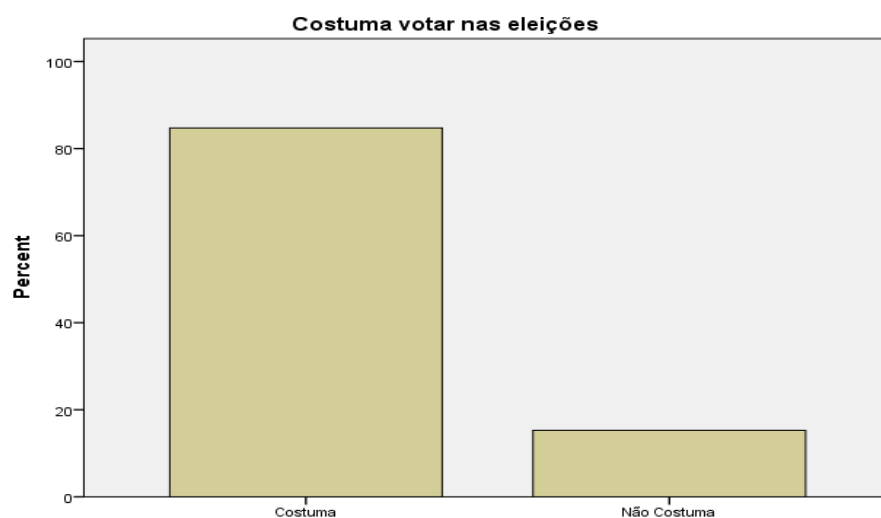
Fonte Tabela 6 no anexo

No gráfico seguinte observa-se como se procedeu a distribuição dos inquéritos por zonas, uma vez que, deu-se maior importância as localidades com o maior número de população, a citar Monte Sossego, Ribeirinha, Chã de Alecrim, Bela Vista.

Gráfico n 7

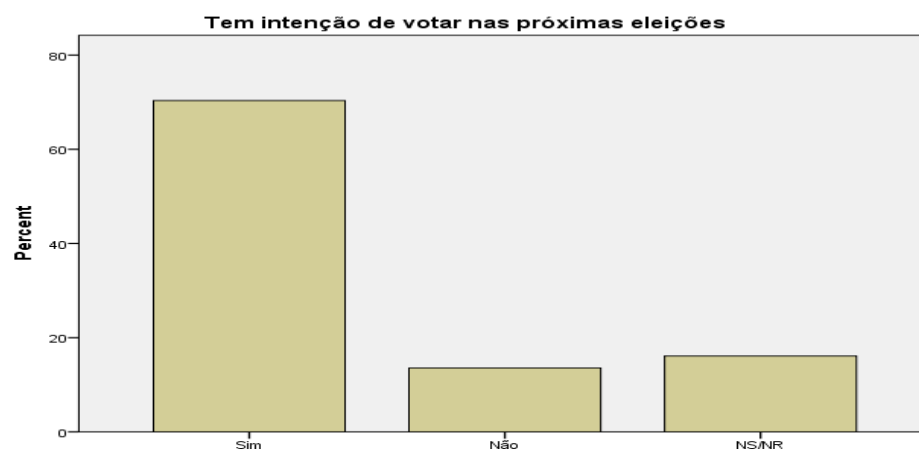
Fonte Tabela 7 no anexo

De acordo com o gráfico, do universo de 118 indivíduos que compõe a amostra, 77 inquiridos que corresponde a 65,3% tem conhecimento das eleições gerais de 2016, enquanto que 41 que corresponde a 34,7% não tem conhecimento das eleições de 2016.

Gráfico 8

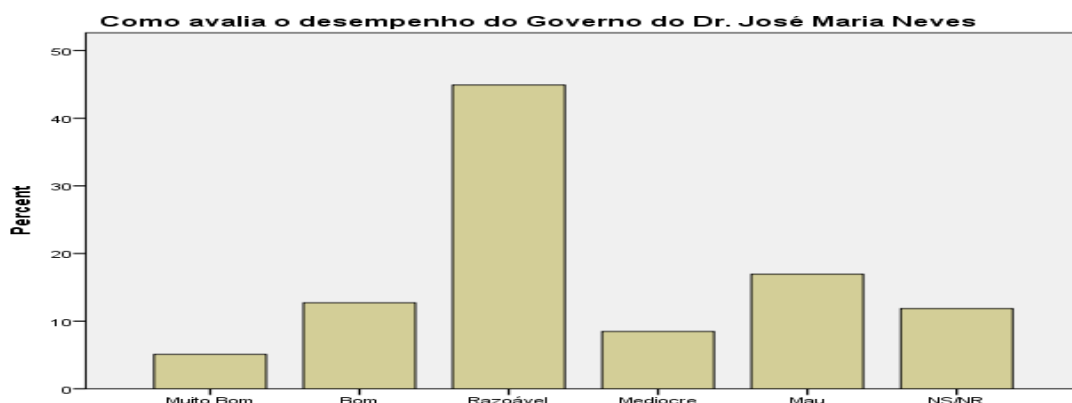
Fonte Tabela 8 no anexo

Dos 118 inquiridos 100 que corresponde a 84,7% costuma votar nas eleições e 18 que corresponde a 15,3% não costuma votar nas eleições.

Gráfico 9

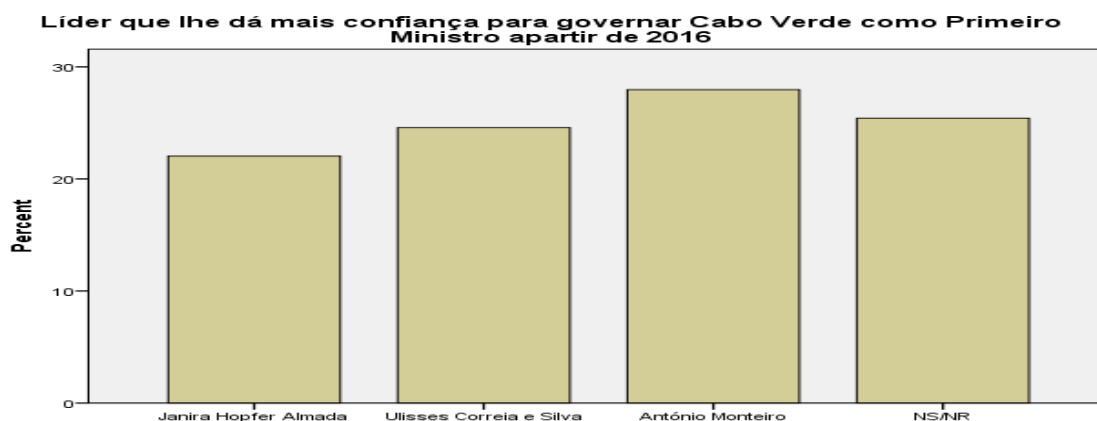
Fonte Tabela 9 no anexo

No total de 118 indivíduos inquiridos 83 com o peso de 70,3% tem intenção de votar nas próximas eleições, 16 com o peso de 13,6% não tem intenção de votar nas próximas eleições e 19 com o peso de 16,1% ainda não sabe se vai participar nas próximas eleições.

Gráfico 10

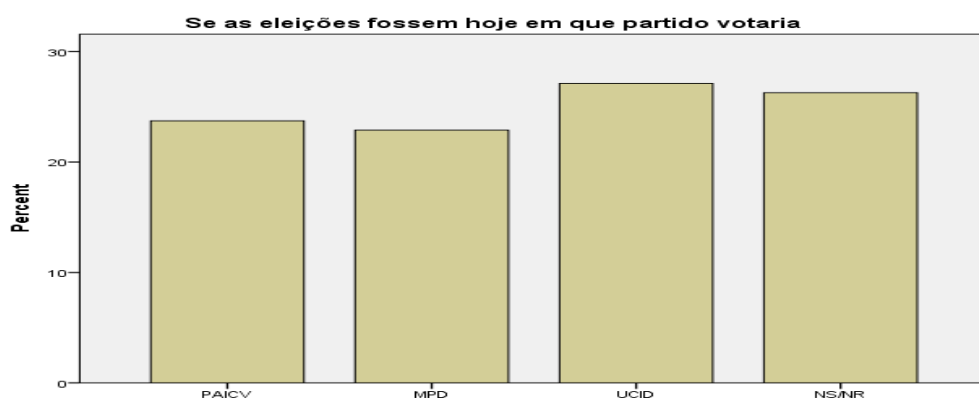
Fonte Tabela 10 no anexo

Como ilustra o gráfico 6 indivíduos com o peso de 5,1% avalia o desempenho do Primeiro-ministro José Maria Neves como sendo muito bom, 15 com o peso de 12,7% avalia como sendo bom, 53 com o peso de 44,9% avalia como sendo razoável, 10 com o peso de 8,5% avalia como sendo medíocre, 20 com o peso de 16,9% avalia como sendo mau e 14 com o peso de 11,9% não souberam responder.

Gráfico 4

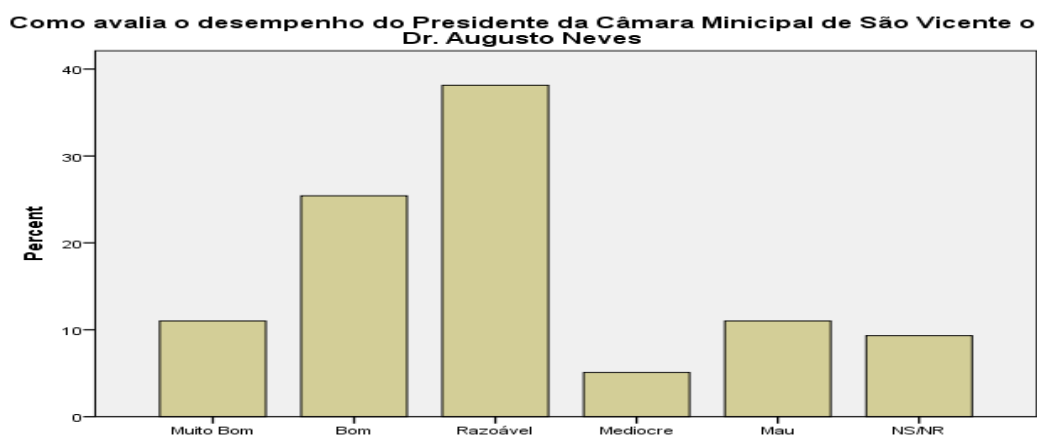
Fonte Tabela 11 no anexo

No universo de 118 indivíduos inquiridos, 26 que corresponde a 22% elegeram Janira Hopfer Almada como líder que lhes dá mais confiança para governar Cabo Verde como primeiro-ministro a partir de 2016, 29 que corresponde a 24,6% elegeram Ulisses Correia e Silva, 33 que corresponde a 28 % elegeram António Monteiro, enquanto que 30 com o peso de 24,5% não souberam responder.

Gráfico 12

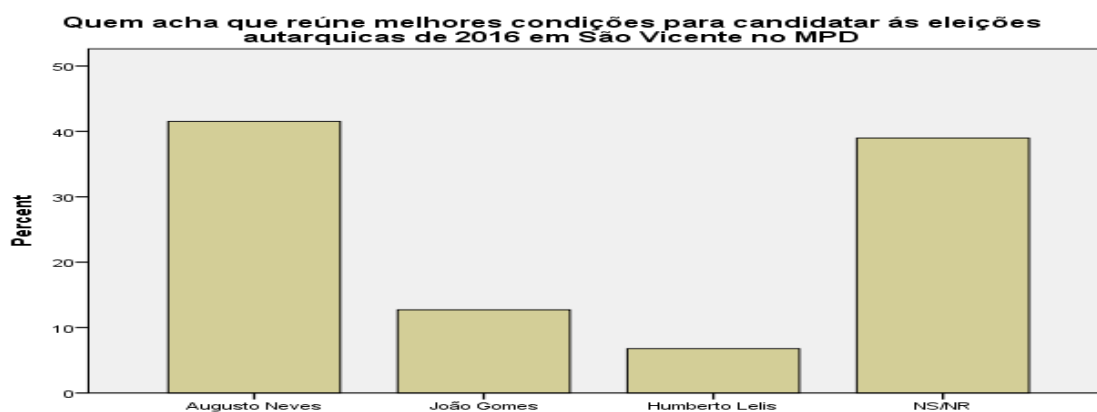
Fonte Tabela 12 no anexo

De acordo com o gráfico, 28 indivíduos com o peso de 23,7% votariam no PAICV se as eleições legislativas fossem hoje, 27 com o peso de 22,9% votariam no MPD, 32 com o peso de 27,1% votariam na UCID e 31 com o peso de 26,3% não souberam responder a questão.

Gráfico 5

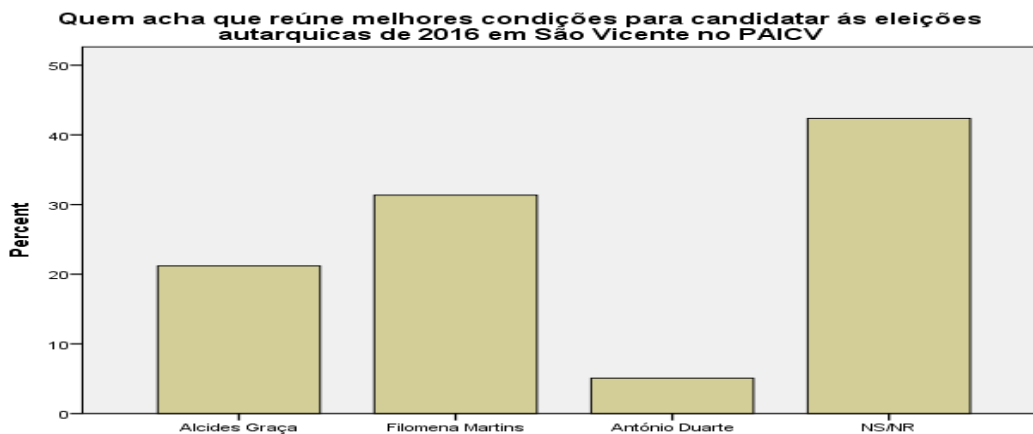
Fonte Tabela 13 no anexo

O gráfico demonstra que, dos 118 indivíduos inquiridos 13 com o peso de 11% avaliam o desempenho do actual presidente da Câmara Municipal de São Vicente como sendo muito bom, 30 com o peso de 25,4% avaliam-no como sendo bom, 45 com o peso de 38,1% avaliam-no como sendo razoável, 6 com o peso de 5,1% avaliam-no como sendo medíocre, 13 com o peso de 11% avaliam-no como sendo mau enquanto que 11 com o peso de 9,3% não souberam responder.

Gráfico 14

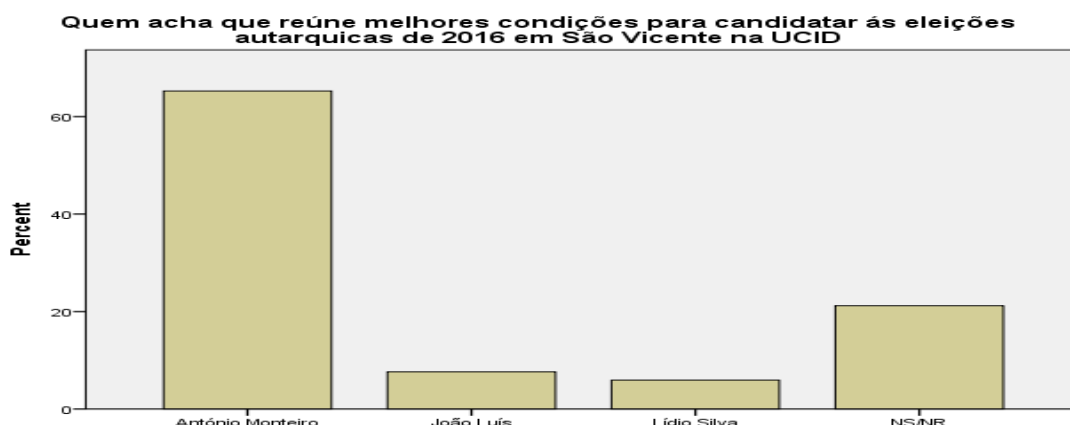
Fonte Tabela 14 no anexo

Dos 118 inquiridos 49 com o peso de 41,5% acha que quem reúne melhores condições no MPD para candidatar às eleições autárquicas de 2016 em São Vicente é o Dr. Augusto Neves, 15 com o peso de 12,7% elegeram João Gomes, 8 com o peso de 6,8% elegeram Humberto Lélis, enquanto que 46 com o peso de 39% não souberam responder.

Gráfico 6

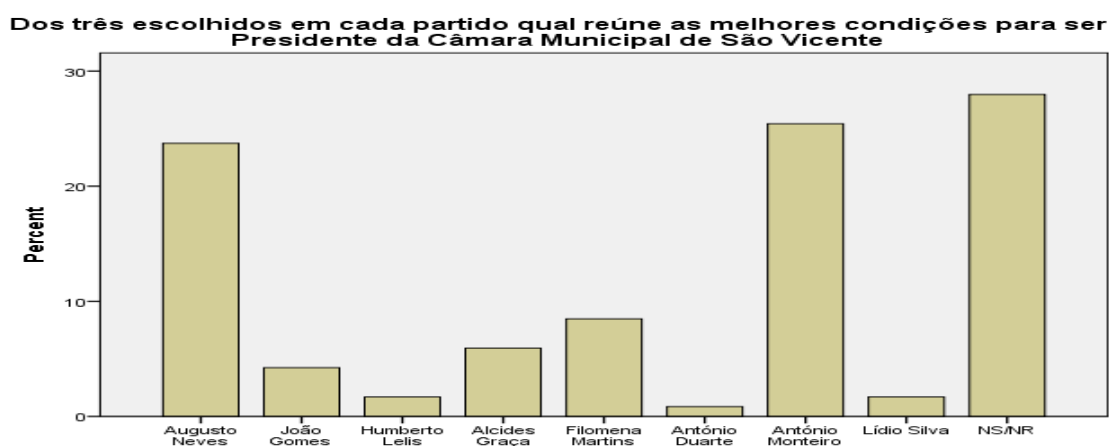
Fonte Tabela 15 no anexo

No universo de 118 inquiridos 37 com o peso de 31,4% acha que quem reúne melhores condições no PAICV para candidatar às eleições autárquicas de 2016 em São Vicente é Filomena Martins, 25 com o peso de 21,2% elegeram Alcides Graça, 6 com o peso de 5,1% elegeram António Duarte enquanto que 50 com o peso de 42,4% não souberam responder.

Gráfico 16

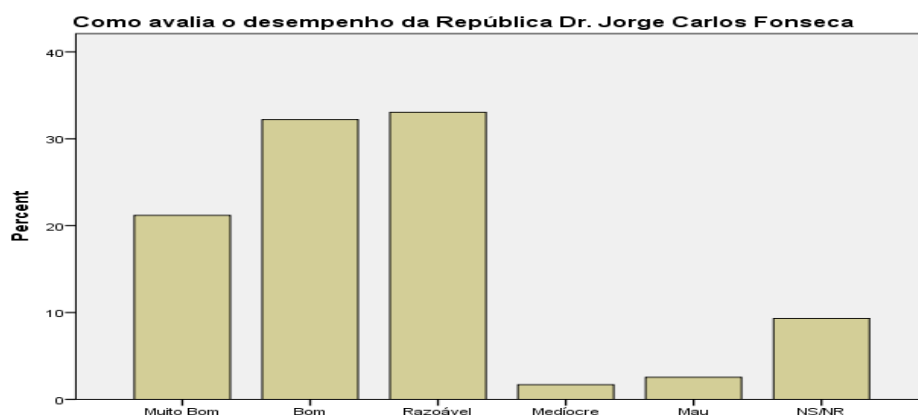
Fonte Tabela 16 no anexo

Como ilustra o gráfico dos 118 inquiridos, 77 com o peso de 65,3% acreditam que António Monteiro é quem reúne melhores condições na UCID para candidatar às eleições autárquicas de 2016 em São Vicente, 9 com o peso de 7,6% elegeram João Luís, 7 com o peso de 5,9% elegeram Lídio Silva, enquanto que 25 com o peso de 21,2% não souberam responder.

Gráfico 7

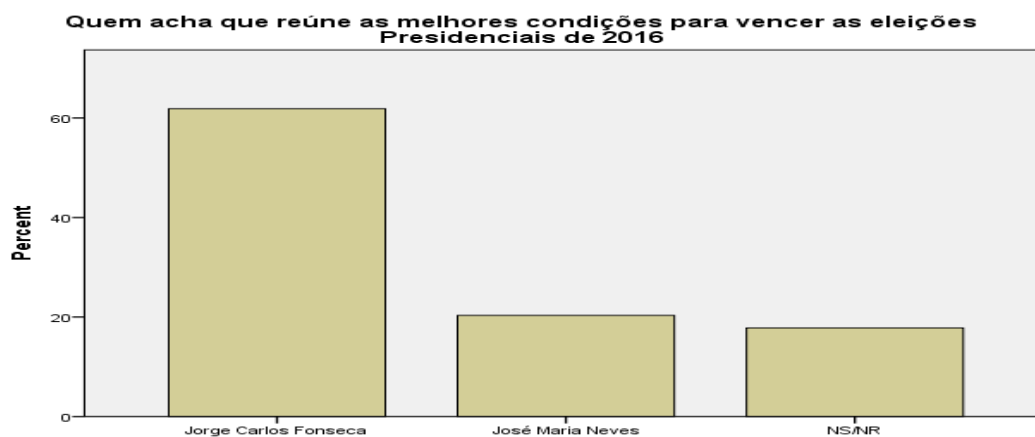
Fonte Tabela 17 no anexo

O gráfico demonstra que, das pessoas escolhidas em cada partido, as que tiveram maior peso percentual foram, em primeiro lugar António Monteiro da UCID com 25,4%, em segundo lugar Augusto Neves do MPD com 23,7% e em terceiro lugar Filomena Martins do PAICV com 8,5%.

Gráfico 8

Fonte Tabela 18 no anexo

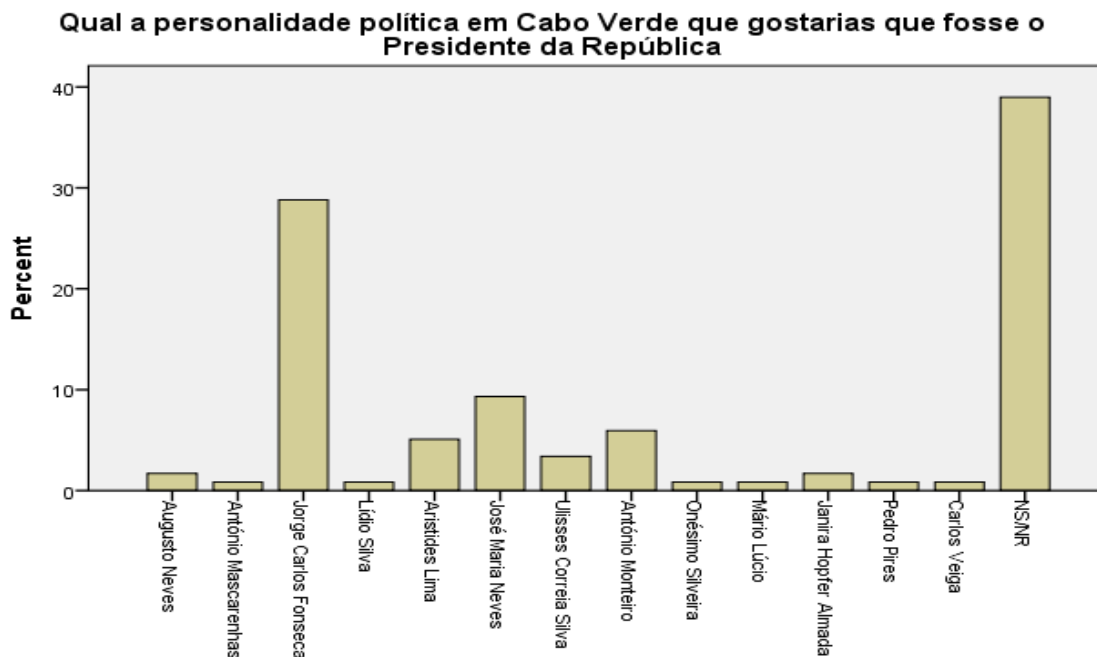
No total de 118 indivíduos inquiridos, 25 com o peso de 21,2% avaliam o desempenho do Doutor Jorge Carlos Fonseca como sendo muito bom, 38 com o peso de 32,2% avaliam-no como sendo bom, 39 com o peso de 33,1% avaliam-no como sendo razoável, 2 com o peso de 1,7% avaliam-no como sendo medíocre, 3 com o peso de 2,5% avaliam-no como sendo mau enquanto que 11 com o peso de 9,3% não souberam o avaliar.

Gráfico 9

Fonte Tabela 19 no anexo

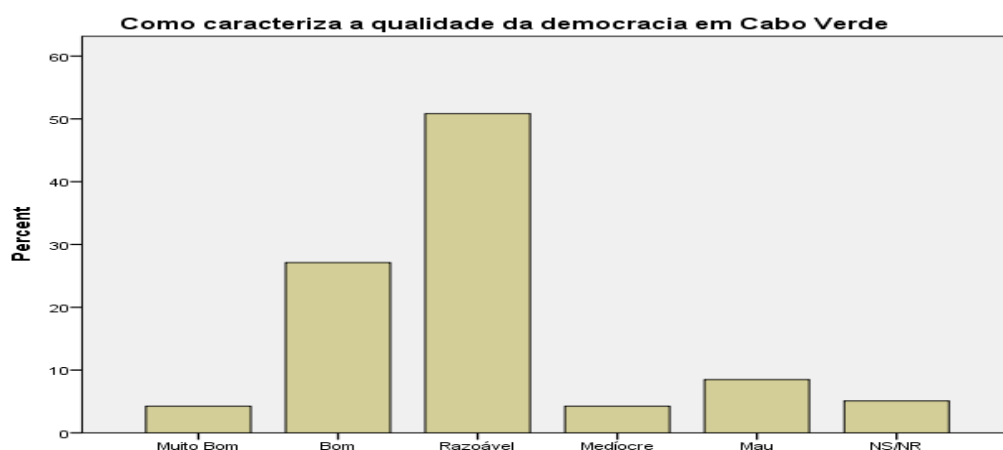
O gráfico ilustra que dos 118 inquiridos, 73 que corresponde a 61,9% acham que quem reúne melhores condições para vencer as eleições de 2016 em Cabo Verde é o Doutor Jorge Carlos Fonseca, 24 com o peso de 20,3% acham que é o Doutor José Maria Neves enquanto que 21 com o peso de 17,8% não souberam responder a questão.

Gráfico 10



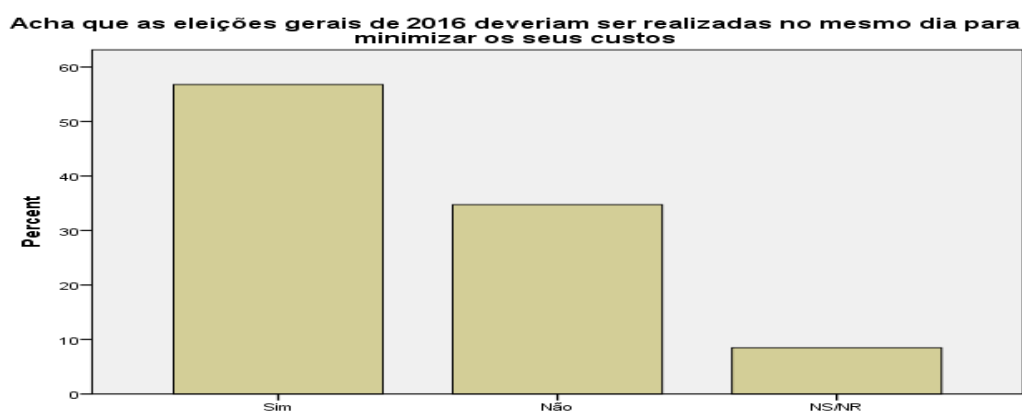
Fonte Tabela 20 no anexo

No universo de 118 indivíduos inquiridos 2 que corresponde a 1,7% escolherem o Dr. Augusto Neves como a personalidade política que gostariam que fosse Presidente da Republica, 1 que corresponde a 0,8% escolheram António Mascarenhas, 34 que corresponde a 28,8% escolheram Jorge Carlos Fonseca, 1 que corresponde a 0,8% escolheram Lídio Silva, 6 que corresponde a 5,1% escolheram Aristides Lima, 11 que corresponde a 9,3% escolheram José Maria Neves, 4 que corresponde a 3,4% escolheram Ulisses Correia e Silva, 7 que corresponde a 5,9% escolheram António Monteiro, 1 que corresponde a 0,8% escolheu Onésimo Silveira, 1 que corresponde a 0,8% escolheu Mário Lúcio, 2 que corresponde a 1,7% escolheram Janira Hopfer Almada, 1 que corresponde a 0,8% escolheu Pedro Pires, 1 que corresponde a 0,8% escolheu Carlos Veiga enquanto que 46 que corresponde a 39% não souberam responder.

Gráfico 11

Fonte Tabela 21 no anexo

Cinco dos 118 indivíduos inquiridos que corresponde a 4,2% caracterizam a democracia em Cabo Verde com sendo muito boa, 32 que corresponde a 27,1% caracterizam-na com sendo razoável, 60 que corresponde a 50,8% caracterizam-na como sendo razoável, 5 que corresponde a 4,2% caracterizam-na como sendo medíocre, 10 que corresponde a 8,5% caracterizam-na como sendo mau, enquanto que 6 que corresponde a 5,1% não souberam responder.

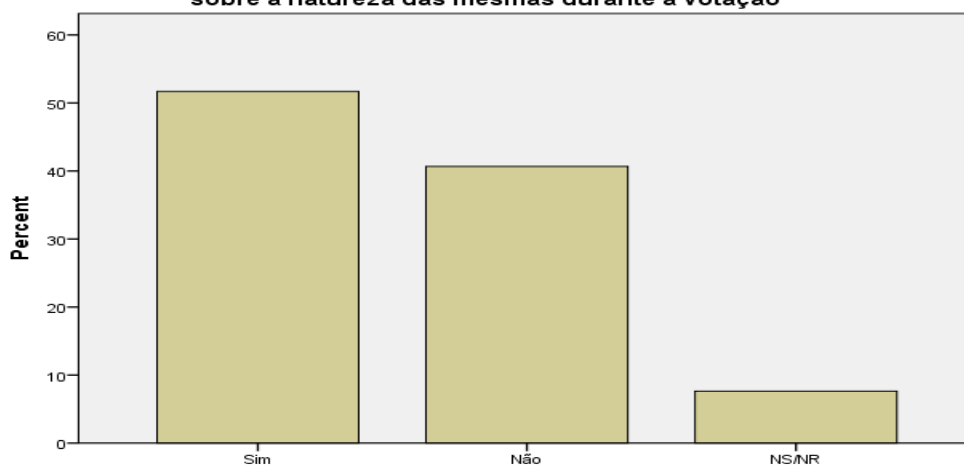
Gráfico 12

Fonte Tabela 22 no anexo

Dos 118 indivíduos inquiridos, 67 com o peso de 56,8% pensam que as eleições gerais de 2016 deveriam ser realizadas no mesmo dia para minimizar os seus custos, 41 com o peso de 34,7% pensam que as eleições gerais de 2016 não deveriam ser realizadas no mesmo dia enquanto que 10 com o peso 8,4% não souberam responder.

Gráfico 23

Pensa que a realização das eleições no mesmo dia poderia confundir o eleitor sobre a natureza das mesmas durante a votação



Fonte Tabela 23 no anexo

No universo de 118 indivíduos inquiridos 61 que corresponde a 51,7% pensam que a realização das eleições no mesmo dia poderia confundir o eleitor sobre a natureza das mesmas durante a votação, 48 que corresponde a 40,7% pensam que não, enquanto que 9 que corresponde a 7,6% não souberam responder a questão.

CONCLUSÃO

É ponto assente que a democracia em Cabo Verde tem-se evoluído consideravelmente desde a sua implementação. Esse reconhecimento tem sido feito inclusive por diversas instituições internacionais, que tem elogiado o funcionamento e as especificidades da nossa democracia no contexto Africano.

A opção pelo multipartidarismo foi feita em 1991, permitindo a realização de eleições livres e democráticas no país, e desde então, tem-se realizado pleitos eleitorais num ambiente de estabilidade. No entanto, após vinte e cinco anos de democracia pluralista, um novo fenómeno político acontecerá no país no ano de 2016. Com efeito, as três eleições constitucionalmente previstas no país que passamos a citar legislativas, presidenciais e autárquicas. Foi neste sentido que surgiram as questões que ao longo do trabalho procuramos responder. As hipóteses foram todas confirmadas através do estudo de caso, e através de entrevistas feitas ao Dr. Joaquim Gomes e ao Doutor Onésimo Silveira, dois politólogos cabo-verdianos seniores.

Em relação a primeira hipótese “*O eleitorado em São Vicente está preparado para participar activamente nas eleições gerais de 2016;*” conforme os dados obtidos pelo questionário, conclui-se que a maioria dos eleitores inquiridos, que corresponde a 70,3% (ver gráfico 9) afirmam ter intenção de participar nas eleições gerais de 2016. De acordo com os entrevistados (ver pergunta 2 da entrevista), o eleitorado de São Vicente está preparado para ter uma participação cívica madura, dado que o processo eleitoral em Cabo Verde já tem um bom tempo de amadurecimento e que as pessoas já estão habituadas às urnas. Neste sentido, torna-se possível verificar que a hipótese se confirma.

Em relação a segunda hipótese “*Cabo Verde, possui um ambiente político e social favorável à realização de três eleições no mesmo ano*”, segundo as análises feitas pelos entrevistados, concluímos que é possível a realização dessas três eleições, mas neste momento o ambiente eleitoral não é tão favorável como quando se realizaram as primeiras eleições livres em Cabo Verde, onde houve uma grande participação. Porém isso vai depender das pessoas e do interesse que elas põem na realização dessas três

eleições, dado que, uma eleição constitui um alívio à população e uma legitimação as instituições políticas (ver pergunta 7 da entrevista). Os partidos em Cabo Verde estão preparados para satisfazer às exigências e os desafios de um ciclo de três eleições sucessivas no espaço de um ano, uma vez que, trata-se de uma competição e, neste caso, cada um vai preparar da melhor forma possível para obter o melhor resultado. (ver pergunta 3 da entrevista).

Em relação a Hipótese 3 “*A possibilidade de realização das três eleições no mesmo dia representa benefícios para o país;*” conforme entrevistados (ver pergunta 9) a possibilidade de se realizar três eleições no mesmo dia apresenta vantagens para o país e as que se sobrepõe são as vantagens económicas. Cabo Verde ganharia em termos de custo e de tempo, tendo em conta que o país dispõe de poucos recursos.

Se tivermos em conta os dados obtidos no gráfico n 22, a maioria dos inquiridos que corresponde a 56,8% são de opinião que as eleições gerais de 2016 deveriam ser realizadas no mesmo dia para minimizar os seus custos. Deste modo atesta-se que a hipótese se confirma.

Segundo estudo feito pelo jornal a Semana (edição n 1159, 2014), o Estado de Cabo Verde vai desembolsar mais de um milhão e meio de contos para financiar as eleições legislativas, presidências e autárquicas de 2016, tendo em conta o crescimento da população eleitoral.

De acordo com as análises qualitativas e quantitativas relativamente ao desempenho do actual Presidente da Republica, este é avaliado positivamente (ver gráfico 18). Segundo os entrevistados, o presidente tem tido uma actuação equilibrada, tem sido um presidente exemplar, e tem desempenhado as suas funções com muita competência. Têm sabido nas suas relações com o Governo usar da ferramenta jurídica que é domínio de sua formação, ou seja a Constituição e outras leis da Republica, para gerir as relações entre a Presidência e o Governo dentro dos parâmetros traçados pela lei (ver pergunta 5 da entrevista). Segundo dados obtidos pelo estudo de caso (ver gráfico 19), o Dr. Jorge Carlos Fonseca tem fortes possibilidades de vencer as eleições de 2016. Se tivermos em conta o gráfico nº 20, quando se trata de escolher uma personalidade política em Cabo Verde, que o eleitorado gostaria de ter como presidente da Republica, o Dr. Jorge Carlos Fonseca é citado mais vezes. Segundo análise dos entrevistados o Dr. Jorge Carlos Fonseca tem fortes probabilidades de ser reeleito, pois a reeleição do presidente

eleito no mandato anterior tem sido uma prática entre os cabo-verdianos (ver resposta 5 da entrevista).

Quanto a avaliação do desempenho do actual governo, este foi avaliado razoavelmente (ver gráfico nº 10). De acordo com os dados levantados, e se considerarmos que o PAICV e o MPD são os partidos que tem vocação para o poder, não é tão claro definir quem vencerá as eleições legislativas, embora no eleitorado de São Vicente que elege onze deputados há uma maior preferência pelo partido UCID, e pelo seu líder António Monteiro (ver gráfico nº 11 e 12).

Em relação a avaliação do presidente autárquico, Dr. Augusto Neves, este é avaliado positivamente (ver gráfico nº 14). No entanto a perspectiva, que se observa perante análise do estudo de caso, é de que o presidente da UCID, António Monteiro, tem fortes possibilidades de vencer as eleições autárquicas de 2016 em São Vicente. António Monteiro é considerado pelos inquiridos, aquele que reúne as melhores condições para ser presidente da Câmara Municipal de São Vicente com 25,4% de peso da amostra, seguido de Augusto Neves com 23,7% (ver gráfico nº 17). No entanto, tendo em conta que a diferença existente perante estes, seja mínima (1,7%), e considerando que o estudo realizado tem uma margem de erro de 9% e que no momento oficial da campanha a máquina partidária é um factor de peso, podemos considerar que o actual presidente da câmara de São Vicente tem fortes probabilidades de vencer as próximas eleições autárquicas.

Não obstante a realização das três eleições constitucionalmente consagradas no mesmo ano, ser um fenómeno político novo em Cabo Verde, conclui-se que o ambiente político e social que precede o pleito eleitoral de 2016 é estável. A democracia em Cabo Verde tem evoluído consideravelmente, tem-se adaptado aos desafios da democracia e tem-se realizado pleitos eleitorais num clima de estabilidade no país.

A bipolarização política devido a fraca consolidação dos pequenos partidos, tem conduzido a “maiorias” que favorecem a estabilidade política e social presente em Cabo Verde. No pleito eleitoral, não tem sido observado a existência de conflitos que coloquem em causa a realização de eleições livres e democráticas conforme definidos na Constituição da Republica de Cabo Verde. Isto constitui uma garantia de que as próximas eleições far-se-ão, num clima de paz, transparência e segurança.

RECOMENDAÇÕES

- Baseado no facto de 34,7% dos indivíduos inquiridos não saberem que em 2016, temos três eleições, recomendamos aos partidos políticos, que iniciam, desde já, uma campanha de informação e sensibilização para uma participação cívica da população na escolha dos seus governantes.
- No sentido de qualificarmos cada vez mais a nossa democracia, os partidos políticos e o próprio sistema educativo, deveriam esclarecer aos cabo-verdianos sobre o nosso sistema político.
- Os partidos políticos quando se trata de assuntos que dizem respeito aos interesses do Estado, devem procurar entendimentos e secundarizar os seus interesses.

BIBLIOGRAFIA

Afrosondagem. [Em linha]. Disponível em <<http://www.afrobarometer.org/>> [Consultado em 27/04/2015]

A Semana. (2014, Outubro 24).Custo das Eleições de 2016.Edição nº 1159, p. 2-3

Bobbio, N. (2000).*O Futuro da Democracia*. São Paulo, Paz e Terra.

Barros, J. (2008). *A Integração dos Emigrantes no Sistema Politico Caboverdiano*. Mindelo, Gráfica do Mindelo.

Boletim Oficial de Cabo Verde, nº 325 de Janeiro de 1991.

Código Eleitoral cabo-verdiano, Lei nº 56/VII/2010, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, Suplemento, I Série Nº 9, 09 de Março de 2010.

Constituição da Republica de Cabo Verde, 2ª Revisão ordinária, in Boletim Oficial de Cabo Verde, Suplemento, I Série Nº 17 de 03 de Maio de 2010 (Rectificado pelo BO nº 28 de 26 de Julho de 2010, I Série)

Costa, S. (2013).Sociedade Civil, Estado e Qualidade da Democracia em Cabo Verde: entre a letargia Cívica e a Omnipresença do Leviathã. In Sarmento, Cristina M. e Costa, Suzano. *Entre Africa e a Europa, Nação, estado e Democracia em Cabo Verde*. Coimbra, Almedina, pp. 273-329.

Duverger, M. (1971).*Institutions Politiques etDroitConstitutionnel*.Paris, PUF.

Évora, R. (2004). *Cabo Verde a Abertura Política e a Transição para a Democracia em Cabo Verde*. Praia, Spleen editora.

Estatutos do PAICV aprovados no XII Congresso Praia, 22 a 24 de Janeiro de 2010

Fernandes, A. (2008). *Introdução à Ciência Política: teorias, métodos e temáticas*. Portugal, Porto Editora.

Henriques, V. e CABRITO, B. (1990). *Introdução à Política – Tomo 1*. Lisboa, Texto Editora.

Lima, A. (2004). *Constituição, Democracia e Direitos Humanos: Discursos de representação e outros textos*. Praia, Alfa-Comunicações, Lda..

Lima, A. (1992). *Reforma Política em Cabo Verde: Do Paternalismo à modernização do Estado*. Praia, Foundation Friedrich Ebert.

Lima, A. (2002). *Democracia, Sistemas Eleitorais & Economia Social*. Foundation Friedrich Ebert.

- Lopes, F. e Freire, A. (2002). *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais*. Oeiras, Celta editora.
- Lopes, L. (2014). *Parlamento Caboverdiano: Os Fundamentos de uma Reforma*. Praia, Alfa-Comunicações.
- Meirinho, M. (2010). *Cidadania E Participação Política: Temas E Perspetivas De Análise*. Lisboa, Instituto Superior De Ciências Sociais E Políticas [Universidade Técnica De Lisboa].
- Miranda, J. (1996). *Ciência Política – Formas de Governo*. 4ª Edição, Lisboa.
- Moreira, A. (2009). *Ciência Política*. 4ª Edição, Coimbra, Almedina.
- Nohlen, D. (2007), *Os sistemas eleitorais: o contexto faz a diferença*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Pasquino, G. (2010), *Curso de Ciência Política*, 2ª edição, Revista e Atualizada.
- Ramos, A. (2012). *Partidos Políticos na Democracia Cabo-Verdiana: Um estudo de caso [1991-2011]*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. [Em linha]. Disponível em <<http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/handle/10961/2545>> [consultado em 06/04/2015]
- Rosenfield, D. (1984). *O que é Democracia*. São Paulo, Editora Brasiliene.
- Sá, L. (1999). *Introdução à Ciência Política*. Lisboa, Universidade Aberta.
- Silva, M. (2005). *Código Eleitoral Anotado*. Praia, Gráfica da Praia, Lda..
- Silveira, O. (2005). *A Democracia em Cabo Verde*. Lisboa, Edições Colibri.
- Souza, M. E Baptista, C. (2011). *Como fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios*. Lisboa, PACTOR.
- Varela, B. (2011). *Notas sobre o sistema eleitoral Cabo-verdiano e o papel da comunicação social no âmbito das eleições*. [Em linha]. Disponível em <http://www.academia.edu/769540/O_Sistema_Eleitoral_Caboverdiano_e_o_papel_da_Comunicacao_Social_no_ambito_das_Eleicoes> [Consultado em 10/05/2015].

ANEXO**Anexo 1 – Tabelas dos Dados dos Questionários**

Tabelas 1

Sexo

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
				t
Masculino	59	50,0	50,0	50,0
Valid Feminino	59	50,0	50,0	100,0
Total	118	100,0	100,0	

Tabelas 2

Faixa Etária

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
				t
18-25 anos	27	22,9	22,9	22,9
26-35 anos	29	24,6	24,6	47,5
36-45 anos	27	22,9	22,9	70,3
Valid 46-55 anos	19	16,1	16,1	86,4
56-65 anos	8	6,8	6,8	93,2
65 e mais anos	8	6,8	6,8	100,0
Total	118	100,0	100,0	

Tabelas 3

Naturalidade

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
				t
Santo Antão	30	25,4	25,4	25,4
São Vicente	83	70,3	70,3	95,8
Valid São Nicolau	4	3,4	3,4	99,2
Santiago	1	,8	,8	100,0
Total	118	100,0	100,0	

Tabelas 4**Ocupação profissional**

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Funcionário Publico	8	6,8	6,8	6,8
Trabalhador por Conta Própria	17	14,4	14,4	21,2
Trabalhador por Conta Outrem	31	26,3	26,3	47,5
Valid Desempregado	40	33,9	33,9	81,4
Estudante	13	11,0	11,0	92,4
Reformado	9	7,6	7,6	100,0
Total	118	100,0	100,0	

Tabelas 5**Habilitações literárias**

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Analfabeto	8	6,8	6,8	6,8
Ensino Primário	25	21,2	21,2	28,0
Valid Ensino Secundário	57	48,3	48,3	76,3
Ensino médio	17	14,4	14,4	90,7
Ensino superior	11	9,3	9,3	100,0
Total	118	100,0	100,0	

Tabelas 6

Zona de residência

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Monte Sossego	18	15,3	15,3	15,3
Bela Vista	14	11,9	11,9	27,1
Chã de Alecrim	15	12,7	12,7	39,8
Ribeirinha	15	12,7	12,7	52,5
Ribeira Bote	13	11,0	11,0	63,6
Fonte Inês	5	4,2	4,2	67,8
Fonte Felipe	6	5,1	5,1	72,9
Valid Fernando Pó/Craquinha	10	8,5	8,5	81,4
Monte/Campim	9	7,6	7,6	89,0
Cidade do Mindelo	4	3,4	3,4	92,4
Alto Solarino	3	2,5	2,5	94,9
Vila Nova	1	,8	,8	95,8
Espia	3	2,5	2,5	98,3
Cruz João Évora	2	1,7	1,7	100,0
Total	118	100,0	100,0	

Tabelas 7

Têm conhecimento das eleições gerais de 2016

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid Sim	77	65,3	65,3	65,3
Não	41	34,7	34,7	100,0
Total	118	100,0	100,0	

Tabelas 8

Costuma votar nas eleições

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
				t
Costuma	100	84,7	84,7	84,7
Valid Não Costuma	18	15,3	15,3	100,0
Total	118	100,0	100,0	

Tabelas 9

Tem intenção de votar nas próximas eleições

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Sim	83	70,3	70,3	70,3
Valid Não	16	13,6	13,6	83,9
NS/NR	19	16,1	16,1	100,0
Total	118	100,0	100,0	

Tabelas 10

Como avalia o desempenho do Governo do Dr. José Maria Neves

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
				t
Muito Bom	6	5,1	5,1	5,1
Bom	15	12,7	12,7	17,8
Razoável	53	44,9	44,9	62,7
Valid Medíocre	10	8,5	8,5	71,2
Mau	20	16,9	16,9	88,1
NS/NR	14	11,9	11,9	100,0
Total	118	100,0	100,0	

Tabelas 11

**Líder que lhe dá mais confiança para governar Cabo Verde como
Primeiro-ministro a partir de 2016**

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Janira Hopfer Almada	26	22,0	22,0	22,0
Ulisses Correia e Silva	29	24,6	24,6	46,6
Valid António Monteiro	33	28,0	28,0	74,6
NS/NR	30	25,4	25,4	100,0
Total	118	100,0	100,0	

Tabelas 12

Se as eleições fossem hoje em que partido votaria

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
PAICV	28	23,7	23,7	23,7
MPD	27	22,9	22,9	46,6
Valid UCID	32	27,1	27,1	73,7
NS/NR	31	26,3	26,3	100,0
Total	118	100,0	100,0	

Tabelas 13

**Como avalia o desempenho do Presidente da Câmara Municipal de São
Vicente o Dr. Augusto Neves**

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Muito Bom	13	11,0	11,0	11,0
Bom	30	25,4	25,4	36,4
Razoável	45	38,1	38,1	74,6
Valid Medíocre	6	5,1	5,1	79,7
Mau	13	11,0	11,0	90,7
NS/NR	11	9,3	9,3	100,0
Total	118	100,0	100,0	

Tabelas 14

**Quem acha que reúne melhores condições para candidatar às autárquicas de
2016 em São Vicente no MPD**

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Augusto Neves	49	41,5	41,5	41,5
João Gomes	15	12,7	12,7	54,2
Valid Humberto Lélis	8	6,8	6,8	61,0
NS/NR	46	39,0	39,0	100,0
Total	118	100,0	100,0	

Tabelas 15

**Quem acha que reúne melhores condições para candidatar às autárquicas de
2016 em São Vicente no PAICV**

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Alcides Graça	25	21,2	21,2	21,2
Filomena Martins	37	31,4	31,4	52,5
Valid António Duarte	6	5,1	5,1	57,6
NS/NR	50	42,4	42,4	100,0
Total	118	100,0	100,0	

Tabelas 16

**Quem acha que reúne melhores condições para candidatar às autárquicas de
2016 em São Vicente na UCID**

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
António Monteiro	77	65,3	65,3	65,3
João Luís	9	7,6	7,6	72,9
Valid Lídio Silva	7	5,9	5,9	78,8
NS/NR	25	21,2	21,2	100,0
Total	118	100,0	100,0	

Tabelas 17

**Dos três escolhidos em cada partido qual reúne as melhores condições para ser
Presidente da Câmara Municipal de São Vicente**

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Augusto Neves	28	23,7	23,7	23,7
João Gomes	5	4,2	4,2	28,0
Humberto Lélis	2	1,7	1,7	29,7
Alcides Graça	7	5,9	5,9	35,6
Filomena Martins	10	8,5	8,5	44,1
António Duarte	1	,8	,8	44,9
António Monteiro	30	25,4	25,4	70,3
Lídio Silva	2	1,7	1,7	72,0
NS/NR	33	28,0	28,0	100,0
Total	118	100,0	100,0	

Tabelas 18

Como avalia o desempenho da República Dr. Jorge Carlos Fonseca

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Muito Bom	25	21,2	21,2	21,2
Bom	38	32,2	32,2	53,4
Razoável	39	33,1	33,1	86,4
Medíocre	2	1,7	1,7	88,1
Mau	3	2,5	2,5	90,7
NS/NR	11	9,3	9,3	100,0
Total	118	100,0	100,0	

Tabelas 19

Quem acha que reúne as melhores condições para vencer as eleições Presidenciais de 2016

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid				
Jorge Carlos Fonseca	73	61,9	61,9	61,9
José Maria Neves	24	20,3	20,3	82,2
NS/NR	21	17,8	17,8	100,0
Total	118	100,0	100,0	

Tabelas 20

Qual a personalidade política em Cabo Verde que gostarias que fosse o Presidente da República

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid				
Augusto Neves	2	1,7	1,7	1,7
António Mascarenhas	1	,8	,8	2,5
Jorge Carlos Fonseca	34	28,8	28,8	31,4
Lídio Silva	1	,8	,8	32,2
Aristides Lima	6	5,1	5,1	37,3
José Maria Neves	11	9,3	9,3	46,6
Ulisses Correia Silva	4	3,4	3,4	50,0
António Monteiro	7	5,9	5,9	55,9
Onésimo Silveira	1	,8	,8	56,8
Mário Lúcio	1	,8	,8	57,6
Janira Hopfer Almada	2	1,7	1,7	59,3
Pedro Pires	1	,8	,8	60,2
Carlos Veiga	1	,8	,8	61,0
NS/NR	46	39,0	39,0	100,0
Total	118	100,0	100,0	

Tabelas 21

Como caracteriza a qualidade da democracia em Cabo Verde

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Muito Bom	5	4,2	4,2	4,2
Bom	32	27,1	27,1	31,4
Razoável	60	50,8	50,8	82,2
Valid Medíocre	5	4,2	4,2	86,4
Mau	10	8,5	8,5	94,9
NS/NR	6	5,1	5,1	100,0
Total	118	100,0	100,0	

Tabelas 22

Acha que as eleições gerais de 2016 deveriam ser realizadas no mesmo dia para minimizar os seus custos

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Sim	67	56,8	56,8	56,8
Valid Não	41	34,7	34,7	91,5
NS/NR	10	8,5	8,5	100,0
Total	118	100,0	100,0	

Tabelas 23

Pensa que a realização das eleições no mesmo dia poderia confundir o eleitor sobre a natureza das mesmas durante a votação

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Sim	61	51,7	51,7	51,7
Valid Não	48	40,7	40,7	92,4
NS/NR	9	7,6	7,6	100,0
Total	118	100,0	100,0	

Anexo 2 – Questionário

Bom dia. Sou aluna do curso de Ciência Política e Relações Internacionais, ministrada pela Uni-Mindelo, estou a realizar um trabalho sobre 2016 – O ano de todas as Eleições em Cabo Verde. Agradecia a sua participação no estudo respondendo a algumas questões que tenho para lhe apresentar. Prometo ser breve e garanto-lhe que as suas respostas são confidenciais e utilizadas apenas para este estudo.

Diga-me por favor, está recenseado?

- 1- Sim
- 2- Não → *terminar entrevista*

P1- Sexo:

- 1- Masculino
- 2- Feminino

P2 – Qual é a sua faixa etária?

- 1- 18-25
- 2- 26-35
- 3- 36-45
- 4- 46-55
- 5- 56-65
- 6- 66 e mais anos

P3 – Podia-me dizer por favor a sua naturalidade?

- 1- Santo Antão
- 2- São Vicente
- 3- São Nicolau
- 4- Sal
- 5- Boa Vista
- 6- Santiago
- 7- Maio
- 8- Fogo
- 9- Brava
- 10- Estrangeiro

P4 – Neste momento qual é a sua principal ocupação profissional?

P5 - Quais são as suas habilitações literárias?

- 1- Analfabeto
- 2- Ensino primário
- 3- Ensino secundário
- 4- Ensino médio
- 5- Ensino superior
- 6- NS/NR

P6 - Zona de residência?

ELEIÇÕES GERAIS DE 2016

**P7 – Tem conhecimento que no ano de 2016 vão se realizar todas as eleições em Cabo Verde?
Legislativas, autárquicas e presidenciais.**

- 1- Sim
- 2- Não
- 3- NS/NR

P8 – Costuma votar nas eleições?

- 1- Costuma
- 2- Não costuma
- 3- NS/NR
- 4-

P9 – Tem intenção de votar nas próximas eleições?

- 1- Sim
- 2- Não
- 3- NS/NR

ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 2016

Agora vamos falar um pouco sobre as eleições legislativas de 2016.

P10 – Como avalia o desempenho do governo do Dr. José Maria Neves ?

- 1-Muito Bom
- 2-Bom
- 3-.....Razoável
- 3- Medíocre
- 4- Mau
- 5-.....NS/NR

P11 – Qual dos seguintes líderes lhe dá mais confiança para governar Cabo Verde como Primeiro-Ministro a partir 2016?

- 1- Janira Hopfer Almada
- 2- Ulisses Correia Silva
- 3- António Monteiro
- 4- NS/NR

P12 - Se as eleições legislativas fossem hoje, em que partido votaria?

- 1- PAICV
- 2- MPD
- 3- UCID
- 4- NS/NR

ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS DE 2016 EM SÃO VICENTE

Agora vamos falar um pouco sobre as eleições autárquicas de 2016.

P13 – Como avalia o desempenho do Presidente da Câmara Municipal de São Vicente, Dr. Augusto Neves?

- 1-Muito Bom
- 2-Bom
- 3-Razoável
- 4- Medíocre
- 5- Mau
- 6- NS/NR

P14 – Quem acha que reúne melhores condições para candidatar às eleições autárquicas de 2016, em São Vicente no MPD?

- 1- Augusto Neves
- 2- João Gomes
- 3- Humberto Lélis
- 4- NS/NR

P15 – Quem acha que reúne melhores condições para candidatar às eleições autárquicas de 2016, em São Vicente no PAICV?

- 1- Alcides Graça
- 2- Filomena Martins
- 3- António Duarte (Pacha)
- 4- NS/NR

P16 – Quem acha que reúne melhores condições para candidatar às eleições autárquicas de 2016, em São Vicente na UCID?

- 1- António Monteiro
- 2- João Luís
- 3- Lídio Silva
- 4- NS/NR

P17 – Dos três escolhidos, em cada partido qual reúne as melhores condições para ser presidente da Câmara Municipal de São Vicente?

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2016

Agora vamos falar um pouco sobre as próximas eleições presidenciais.

P18 – Como avalia o desempenho do Presidente da República Dr. Jorge Carlos Fonseca?

- 1- Muito Bom
- 2- Bom
- 3- Razoável
- 4- Medíocre
- 5- Mau
- 6- NS/NR

P19 – Quem acha que reúne as melhores condições para vencer às eleições presidenciais de 2016?

- 1- Jorge Carlos Fonseca
- 2- José Maria Neves
- 3- NS/NR

P20 – Qual a personalidade em Cabo Verde que gostarias que fosse o Presidente da Republica?

ELEIÇÕES GERAIS DE 2016

P21 – Como caracteriza a qualidade da democracia em Cabo Verde?

- 1-Muito Bom
- 2- Bom
- 3-Razoável
- 4- Medíocre
- 5- Mau
- 6- NS/NR

P22 – Acha que as eleições gerais de 2016 deveriam ser realizadas no mesmo dia, para minimizar os seus custos?

- 1- Sim
- 2- Não
- 3- NS/NR

P23 – Pensa que a realização das eleições no mesmo dia poderia confundir o eleitor sobre a natureza das mesmas durante a votação?

- 1- Sim
- 2- Não
- 3- NS/NR

Terminamos, Muito Obrigado Pela sua Participação!

Anexo 3 – Entrevista efectuada ao politólogo Dr. Joaquim Gomes (14 de Maio de 2015 às 11:00) e ao politólogo Doutor Onésimo Silveira (14 de Maio às 15:30)

Análise do Ambiente Político e Social que Antecede as Eleições de 2016

Perguntas:

1. Acha que a democracia em Cabo Verde tem dado sinais de evolução após as primeiras eleições livres e pluralistas de Janeiro de 1991?
2. Pela primeira vez em Cabo Verde, no mesmo ano civil serão realizadas as três eleições políticas constitucionalmente consagradas. Pensa que o eleitorado Cabo-verdiano está preparado politicamente para diferenciar essas três eleições e ter uma participação cívica com uma certa maturidade?
3. Os partidos políticos em Cabo Verde, estão preparados para satisfazer às exigências e os desafios de um ciclo de três eleições sucessivas no espaço de um ano?
4. O ambiente político que antecede as eleições legislativas de 2016, indica a continuidade do PAICV no Governo ou uma mudança do poder a favor do maior partido da oposição?
5. Relativamente a actuação do nosso Presidente da Republica, no exercício do seu poder, como considere o seu desempenho como árbitro do Sistema Político?
6. Tendo em consideração que o estudo de caso tem como universo a ilha de São Vicente, como considere o ambiente político e o cenário das próximas eleições autárquicas na mesma?
7. Na presente conjuntura, julga que Cabo Verde, possui um ambiente político e social favorável à realização de três eleições consecutivas?

8. É extemporâneo a pergunta mas, agradecemos a vossa opinião relativamente ao facto de os partidos políticos cabo-verdianos não terem aceite a realização das três eleições no mesmo dia.
9. Não seria mais benéfico e menos dispendioso para o país se as três eleições realizassem no mesmo dia?